

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

NOSTALGIA DA DITADURA E DEMOCRACIA INERCIAL

**NO BRASIL E NO CHILE: VESTÍGIOS AUTORITÁRIOS NA
CULTURA POLÍTICA**

Porto Alegre

2024

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

**NOSTALGIA DA DITADURA E DEMOCRACIA INERCIAL NO BRASIL
E NO CHILE: VESTÍGIOS AUTORITÁRIOS NA CULTURA POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de
Oliveira de Castro

**Porto Alegre
2024**

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira de Andrade, Bianca
NOSTALGIA DA DITADURA E DEMOCRACIA INERCIAL NO
BRASIL E NO CHILE: VESTÍGIOS AUTORITÁRIOS NA CULTURA
POLÍTICA / Bianca Ferreira de Andrade. -- 2024.
92 f.
Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Democracia Inercial. 2. Nostalgia. 3.
Autoritarismo. 4. Brasil. 5. Chile. I. de Oliveira de
Castro, Henrique Carlos, orient. II. Título.

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

NOSTALGIA DA DITADURA E DEMOCRACIA INERCIAL NO BRASIL E
NO CHILE: VESTÍGIOS AUTORITÁRIOS NA CULTURA POLÍTICA

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, ____ de ____ de 2024.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome
UFRGS

Prof. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo
UFRGS

Dra. Máira Pereira da Costa
UFPel

Aos meus pais e aos meus irmãos, que sempre estão comigo.

AGRADECIMENTOS

Quando se tem tanta gente boa por perto, escrever a seção de agradecimentos se torna uma experiência catártica. Eu enfrentei o desafio do Mestrado porque essas pessoas me fizeram enxergar que se elas estavam comigo, tudo valia a pena. É o que acontece se a alma não é pequena. Redijo meus agradecimentos já emocionada em lembrar daqueles que me acompanharam até aqui.

Primeiramente, agradeço à comunidade acadêmica e administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao nosso Estado e ao povo brasileiro pela oportunidade de obter uma formação de qualidade em uma instituição pública de ensino que é um orgulho para o Brasil e referência no mundo. Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), em especial àqueles com quem eu tive contato mais próximo, da Linha de Pesquisa em Cultura Política.

Minha gratidão eterna àquela que viu em mim a vocação acadêmica e foi minha primeira orientadora: Sonia Ranincheski (*in memoriam*). Sonia entendia que a palavra bem transmitida reverbera e propaga-se até os que sonham um mundo mais próspero, igualitário e justo. Tive sorte em escutar as suas palavras. Meu profundo agradecimento ao Professor Henrique de Castro por ser um orientador fora da curva. Com o perdão do trocadilho, a forma que ele conduziu a orientação enriqueceu minha experiência no Mestrado. Graças ao seu entendimento sobre a necessidade de formar pessoas, tive oportunidades únicas ao longo desses dois anos – desde participar de grupos focais até conhecer novos países. Tudo isso bem acompanhada das tradicionais Pizzas Milenares. Muito obrigada, Henrique.

Sou sempre grata aos membros do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Cultura Política (CESPRI), desde os cesprinhos até as veteranas – nós, jovens senhoras e pesquisadoras. Grata à Marielli (Bittencourt, 2020) por ser uma das minhas principais referências, não só na dissertação. Agradeço pelas suas contribuições tão perspicazes e por ter me acolhido no CESPRI, na sua casinha cubana, em todos os cantos. Minha gratidão à Débora por me ensinar a importância de confiar no próprio trabalho e por ser exemplo de tenacidade. Obrigada Mariana, Maria Júlia e Luana por me divertirem tanto, por me fazerem conhecer o conceito de neurônio quântico e perceber o quanto pode ser especial trabalhar com amigas. Lu, você pode estar do outro lado do mundo, mas permanece sempre perto. Sou grata ao Vítor e à Gabriela pelo companheirismo. Obrigada Mayara por aparecer nos 45 do segundo tempo e garantir muitas risadas. Admiro muito cada uma de vocês e encontrei em vocês muita parceria, o que é um verdadeiro privilégio.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que fiz nas aulas e que tornaram toda essa trajetória mais agradável: Oscar, Stephani, Letícia e Marília Gabriela. Sinto saudades de conviver com vocês quase cotidianamente, era muito mais tranquilo encarar o frio do Vale com vocês ao lado. Ainda mais fácil se eu estava tomando um café mineiro presenteado pelo Oscar, pessoa tão singular que me motivou muito ao longo do Mestrado, sempre me incentivando a participar de eventos, congressos e outras oportunidades.

Da intersecção CESPRI e equipe da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), queria deixar meu agradecimento às duas pesquisadoras que compõem a banca: Profa. Sofia e Dra. Maíra. É muito importante para mim poder acompanhar o trabalho de pesquisadoras tão competentes quanto vocês, em quem tanto me inspiro. Agradeço também o Prof. Baquero por ter gentilmente aceitado meu convite para a banca, sendo que ele foi fundamental para a elaboração dessa pesquisa – tanto pelo seu papel na Ciência Política brasileira quanto pela perspectiva inovadora que trouxe em sua análise da Cultura Política. Queria deixar um agradecimento especial ao Prof. Paulo Waquil, quem pacientemente me ensinou métodos quantitativos e estatística. O Prof. Waquil trouxe contribuições importantes para minha pesquisa e não se preocupou em despender tempo em me explicar com calma cada uma delas. Nunca vou me esquecer da sua postura como professor, sou muito grata.

Quando iniciei o Mestrado, me mudei para um novo apartamento. Hoje, quando olho ao meu redor, me deparo com cada um dos elementos que o tornam tão singular: vejo um violão do meu irmão, uma mesa que me foi dada pelos meus compadres, o sofá que foi trazido pelos meus amigos, a estante que minha cunhada montou, as luminárias que meu namorado presenteou, a secadora que meus pais instalaram. Assim como em minha casa, essas pessoas enfeitam minha vida, tornando-a mais bela, aconchegante e sustentável. São pessoas que me fortalecem.

À minha madrinha, Cacá, eu agradeço por cuidar tão bem de mim e assegurar que o inverno gaúcho não fosse tão rígido. Encontrei muitas formas de sobreviver ao frio cortante. Eu me refugiei frequentemente nas minhas amigadas e, graças a elas, existe um lar para mim em Porto Alegre há sete anos. Obrigada, queridos – Bibiana, Camila, Gabriela, Vitória, Júlia Maria, Júlia Migot, Luiza, Gerê, Fran, Rodrigo, Lucas, Gerson. Não importava quão ruidosas fossem as intempéries, meu namorado, Leonardo, me garantia aconchego, paz, uma mantinha e uma cookie do Foca. Obrigada pela serenidade e apoio constantes, meu bem. Se eu precisava escutar um pouquinho dos sons do Paraná, bastava ligar para Valéria, para o Bruno, ou para Giulia e ainda ganhar de bônus uma palavrinha com o Fabrício e o Chiquinho – que tem menos de um

ano, mas, sim, é muito falante. Eu poderia também mandar uma mensagem aos Mosqueteiros ou pesquisar na lupa do whats por “friends4ever.jpg”. Obrigada, amigos. Se batia uma fominha, uma carne de panela e uma boa cerveja me aguardavam na porta do apartamento 43. Ao meu irmão, Lucas, e à minha cunhada, Bruna, agradeço o acolhimento, o carinho e também por me deixarem roubar os picles caseiros da dona Mirna. Vocês significam tanto nessa minha vida porto-alegrense que todo agradecimento é pouco.

Houve pandemia e houve enchente e eu frequentemente esquecia o que era ser jovem. Agradeço aos meus irmãos por me lembrarem que é possível continuar nutrindo a juventude mesmo com o passar dos (muitos hehe) anos. Nessa dança ao compasso da vida, sem se preocupar com a passagem dos anos de maneira taciturna, o Thiago já foi um pouco de tudo e até hoje ele é muito. Agradeço ao meu irmão mais velho por me inspirar a ser cada dia mais determinada, terna e autêntica. Dizem que uma boa liderança sabe enxergar o que há de melhor no outro. Com sutileza, Marcela faz que eu perceba em mim qualidades que geralmente eu negligencio. Meu sobrinho, Iuri, também faz algo parecido. Ele acredita que se eu treinar direitinho eu posso até virar jogadora de basquete. Ainda que ele esqueça de vez em quando que eu sou adulta e ache que eu vou me perder facilmente na feira, ele continua acreditando muito em mim. Eu imagino que meu afilhado Caio, por sua vez, não apostaria em mim numa batalha contra o Hulk, mas ele ainda me confia suas aventuras e isso me deixa muito satisfeita. Sou muito grata a todos eles.

A vida me deu uma irmã chamada Mariana, minha melhor amiga e comadre. Ela e o Gabriel se divertem fazendo planos para o meu futuro, mas o que mais me faz feliz é que em todos os cenários mirabolantes, eles são parte das minhas conquistas. E eles ainda colocaram a Artemísia no mundo, minha afilhadinha que torna esse futuro ainda mais fascinante. Agradeço vocês por serem sempre parte de quem sou.

Agradeço, por fim, aos meus pais. Agradeço a eles por último, porque eles são sempre o começo. E eu espero que o ciclo que se inicia com o fim do Mestrado seja auspicioso. Então, supersticiosamente, encerro meu agradecimento me dirigindo àqueles que sempre confiam em mim e sempre me apoiam. É por conta deles que eu não tenho medo de colocar um ponto final neste capítulo. São eles que me lembram que o que a vida quer da gente é coragem – não fique enciumado, Guimarães Rosa. Eles me ensinam também que para se ter coragem é preciso ter muito amor, que é ali que está a fonte de toda bravura. Obrigada, papai e mamãe, por serem puro amor.

*“Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina.”*

- Calle 13.

RESUMO

Esta dissertação visa compreender de que forma a nostalgia sobre o passado autoritário impacta a consolidação, ou não, de uma cultura política democrática no Brasil e no Chile e, em decorrência, a democracia nesses países. Nesse sentido o objeto da pesquisa é a relação entre os conceitos da nostalgia da ditadura e da democracia inercial nos casos em tela. Parte-se do entendimento de que a democracia inercial – conceito elaborado por Marcello Baquero (2018) – identificada na América Latina é a síntese de componentes econômicos, políticos e culturais e de investimentos sociais; de modo que a presente pesquisa busca apreender em que medida é possível compreender a nostalgia da ditadura como elemento explicativo desse quadro mais amplo. O conceito de nostalgia da ditadura, por sua vez, foi elaborado por Henrique de Castro (1996) e será operacionalizado a fim de identificar os reflexos dos enclaves autoritários legados pelos anos ditatoriais na política contemporânea. Para tanto, foi realizada uma análise quantitativa das variáveis da base de dados do World Values Survey (WVS), referente às quinta (2005-2009), sexta (2010-2014) e sétima (2017-2022) ondas para o Brasil e o Chile. As variáveis usadas para verificar a nostalgia da ditadura foram selecionadas a partir da revisão do índice da nostalgia da ditadura (IND) elaborado por Marielli Bittencourt (2020); enquanto as pertinentes à democracia inercial se referem à dimensão da cultura política do conceito: a confiança política. Os resultados encontrados permitem inferir que houve a socialização dos valores antidemocráticos identificados no IND, mesmo que predomine, nos dois países, o apoio difuso à democracia. Ainda assim, observou-se que o apoio difuso à democracia não é acompanhado da satisfação com suas instâncias de representatividade e a desconfiança política se manteve alta nos dois países – com especial destaque para a desconfiança em relação ao congresso nacional e aos partidos políticos.

Palavras-chave: democracia inercial; nostalgia; autoritarismo; Brasil; Chile.

ABSTRACT

This thesis aims to understand how nostalgia about the authoritarian past impacts the consolidation of a democratic political culture in Brazil and Chile and, as a result, democracy in these countries. In this sense, the object of the research is the relationship between the concepts of nostalgia for dictatorship and inertial democracy in both cases. Inertial democracy – a concept developed by Marcello Baquero (2018) – identified in Latin America is comprehended as the synthesis of economic, political and cultural components and social investments; therefore, this research seeks to understand whether nostalgia for the dictatorship is an explanatory element of this broader picture. The concept of dictatorship nostalgia was developed by Henrique de Castro (1996) and will be operationalized in order to identify the effects of the authoritarian enclaves left by the dictatorial years in contemporary politics. For this purpose, a quantitative analysis was conducted on the variables in the World Values Survey (WVS) database, referring to the fifth (2005-2009), sixth (2010-2014) and seventh (2017-2022) waves for Brazil and Chile. The variables used to verify dictatorship nostalgia were selected from the review of the dictatorship nostalgia index (DNI) created by Marielli Bittencourt (2020); while those pertinent to inertial democracy refer to the political culture dimension of the concept: political trust. The results suggest that the anti-democratic values identified in the DNI were socialized, even though diffuse support for democracy predominates in both countries. Even so, it was observed that diffuse support for democracy is not accompanied by satisfaction with its representative bodies and political distrust remained high in both countries – with special emphasis on distrust in relation to the national congress and political parties.

Keywords: inertial democracy; nostalgia; authoritarianism; Brazil; Chile.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Operacionalização de Democracia Inercial por Baquero.....	25
Quadro 2 – Índice de Nostalgia da Ditadura por Bittencourt.....	28
Quadro 3 – Índice de Nostalgia da Ditadura Adaptado.....	30
Quadro 4 – Variáveis Suplementares para IND.....	31
Quadro 5 – Índice de Nostalgia da Ditadura com Variáveis Suplementares.....	32
Quadro 6 – Mapa Conceitual.....	33
Quadro 7 – Políticas de Justiça e Transição.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características Demográficas: Brasil e Chile.....	34
Tabela 2 – IND por Faixa Etária e Onda (Brasil).....	44
Tabela 3 – IND por Faixa Etária e Onda (Chile).....	45
Tabela 4 – Simplificação IND em Três Faixas Etárias (Brasil e Chile).....	45
Tabela 5 – Percentual por Variável: Valor 4 (Brasil).....	50
Tabela 6 – Percentual por Variável: Valor 4 (Chile).....	53
Tabela 7 – Médias das Variáveis de Confiança Política (Brasil e Chile).....	55
Tabela 8 – Frequências de Respostas em Porcentagem (Brasil e Chile).....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IND por Três Faixas Etárias (Brasil).....	46
Gráfico 2 – IND por Três Faixas Etárias (Chile).....	47
Gráfico 3 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 5ª Onda.....	48
Gráfico 4 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 6ª Onda.....	48
Gráfico 5 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 7ª Onda.....	49
Gráfico 6 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 5ª Onda.....	51
Gráfico 7 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 6ª Onda.....	52
Gráfico 8 – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 7ª Onda.....	52
Gráfico 9, 10 e 11 – Importância de Viver na Democracia (Brasil).....	57
Gráfico 12, 13 e 14 – Importância de Viver na Democracia (Chile).....	58

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	DEMOCRACIA: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE O SISTEMA POLÍTICO	6
2.1	Democracia e Ciência Política.....	7
2.2	Democracia e Cultura Política	11
2.3	Contribuições culturalistas anteriores: a busca por uma perspectiva latino-americana	16
3	OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS PARA ESTUDO DOS CASOS BRASILEIRO E CHILENO.....	22
3.1	Democracia Inercial e Nostalgia da Ditadura	23
3.2	Operacionalização de Conceitos	29
3.3	Casos: Brasil e Chile	33
4	DEMOCRACIA INERCIAL, NOSTALGIA DA DITADURA E CULTURA POLÍTICA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA	41
4.1	Nostalgia da Ditadura no Brasil e no Chile	44
4.2	Democracia Inercial no Brasil e no Chile	55
4.3	Reflexões sobre os estudos de caso	59
5	CONCLUSÃO.....	64

1 INTRODUÇÃO

A palavra “democracia” é um termo polissêmico cujos atributos e qualificações foram debatidos ao longo da história, sem alcançar consensos universalmente aceitos sobre suas características e definições. Ainda assim, com o fim dos sistemas comunistas estabelecidos no século XX, Fukuyama, em ensaio elaborado em 1992, preconizou o fim da história com a ascensão do liberalismo e a conformação de uma forma de governo de democracia liberal. Ou seja, a natureza e os princípios democráticos são objetos em disputa, embora – como é observado no trabalho seminal de Fukuyama (1992) e nos apontamentos de Easton (1968) sobre o apoio difuso à democracia – exista o partilhamento de uma visão positiva sobre o conceito (Bôas Filho, 2013). Como lembra Castro (2014), a democracia é um construto social, constituído a partir da história, o que não significa necessariamente que traduza a realidade. Não raramente a ideia de democracia foi uma proposição normativa, fundamentada na visão de mundo e o ideal de seus fundadores (Castro, 2014).

A vertente teórica da Cultura Política se desenvolveu no esforço de compreender quais elementos presentes nas opiniões, comportamentos, atitudes e valores da sociedade sustentam um governo democrático. Como fruto desta investigação surgiu a teoria da cultura cívica, proposta por Almond e Verba (1989), que designou condições necessárias para o estabelecimento e manutenção desse tipo de governo. A formulação da cultura cívica permitiu a compreensão de democracia pela sua substância, e não apenas de sua forma. Se existia antes uma perspectiva teórica voltada para a compreensão de procedimentos e princípios mínimos para a constituição democrática – como se observa no construto da poliarquia de Dahl (2002) –, a partir de Almond e Verba (1989) os comportamentos sociais também passam a importar na análise. Porém, desse conceito deriva a crítica da armadilha criada pela cultura cívica (Castro, 2000), na circunstância em que tal cultura seria entendida como superior e, assim, deslocada do contexto na qual foi criada para se tornar um modelo a ser seguido. Nesse caso, a cultura cívica foi baseada na cultura existente no Reino Unido e nos Estados Unidos (Almond; Verba, 1989; Castro, 2000). Quando um estudo de um conceito se desvincula totalmente do contexto e da realidade social, transformando-se em um modelo a ser replicado, as oportunidades de análise de regiões com formações sociopolíticas distintas se tornam restritas.

Esse é o caso da América Latina, uma região cuja história está entrelaçada com mecanismos de dominação – como os impostos sob o jugo colonial, os originados do imperialismo estadunidense ou os advindos das relações entre raças e classes travadas nesse

espaço geográfico (Booth; Richard, 2014). Os países da região compartilham de desigualdades sociais, apresentam dificuldades de projeção no mercado internacional bem como heterogeneidade estrutural na economia (Baquero, 2018; Granato, 2021). Essa realidade social dispõe de características peculiares que influenciam o desenvolvimento da cultura política dos países da região. Com o aprimoramento de pesquisas do tipo *survey*, entre outras ferramentas capazes de proporcionar novas inferências sobre as sociedades ali constituídas, foi possível a expansão do universo de pesquisas que busca contemplar a cultura política de países latino-americanos como objeto de estudos (Booth; Richards, 2014).

Antes do desenvolvimento desse tipo de tecnologias na pesquisa social, já existiam estudos da antropologia, da sociologia e da história de cunho culturalista que puderam fornecer aportes fundamentais para a compreensão da formação da cultura política. Esse foi o caso das abordagens de Leal (2012), Fernandes (1987), Faoro (1987) e Schwartzman (2007) – analisadas no primeiro capítulo dessa dissertação. Com a evolução de técnicas e o desenvolvimento de pesquisas na área, foi possível desenvolver uma compreensão mais nuançada dessa realidade latino-americana, fugindo de estigmas e definições limitantes (Booth; Richards, 2014). Partindo desse contexto, Baquero (2018) propôs a qualificação das democracias na América Latina como inerciais. Para além das definições normativas ou procedimentais – como as que enfocam as concepções de democracias deliberativas, participativas ou representativas, por exemplo –, a proposição de Baquero (2018) buscava configurar os elementos subjetivos e substantivos das democracias latino-americanas, somados aos elementos formais.

Nesse sentido, partiu de três dimensões conceituais: “(1) desenvolvimento econômico, (2) cultura política e instituições políticas, pontualmente partidos políticos, e (3) investimentos sociais, cujo entrelaçamento culmina no que denomino de Democracia Inercial” (Baquero, 2018, p. 13). A dimensão de análise da cultura política, portanto, adquire papel fundamental na compreensão do descompasso entre os avanços formais – mantêm eleições livres, garantem direitos fundamentais constitucionais, possuem mecanismos de participação – e a manutenção de valores antidemocráticos (Baquero, 2018). Tal descompasso também é sintomático quando se averigua a manutenção de valores que remetem ao pensamento autoritário, como a existência de um líder forte e a exaltação da racionalidade técnica para silenciar dissensos e debates políticos. Partindo também da perspectiva de que a cultura política brasileira se distancia de valores democráticos, Castro (1996; 2000) havia concebido o conceito de nostalgia da ditadura, por meio do qual foi possível identificar heranças dos governos ditatoriais militares no entendimento das pessoas sobre o sistema político que vivem e em suas preferências políticas,

mesmo em relação as que não viveram o período ditatorial mas aderiram a uma perspectiva socialmente construída.

Essas duas contribuições teóricas versam sobre questões em comum e, considerando a afinidade entre as duas proposições, a combinação de ambas tem potencial explicativo para compreender fenômenos sociais atuais. Partindo dessa premissa, esta dissertação questiona se a nostalgia da ditadura ajuda a explicar a existência de uma democracia inercial no Brasil e no Chile. Esta questão foi formulada em razão da necessidade de aprofundar os estudos sobre as democracias na região da América Latina, sobretudo aqueles que contemplem a realidade peculiar da região de forma mais precisa, de modo a permitir um entendimento mais amplo da Ciência Política. Dando enfoque na cultura política dos casos em tela, a presente pesquisa se vale dos subsídios teóricos já desenvolvidos no campo (Castro, 1996; Baquero, 2018) para propor um entendimento sobre a realidade político social do Brasil e do Chile que combine seu passado histórico e a manutenção de seu sistema político, a democracia.

Os dois países foram escolhidos para análise em razão de compartilharem um passado comum da presença de governos militares pautados na doutrina de segurança nacional, que tinham como principal alvo a eliminação do tipo ideal de inimigo interno subversivo visando defender uma contrarrevolução carente de sentido, cujo sustentáculo era o anticomunismo (Sigmund, 1993; Rodeghero, 2007; Winn, 2010; Gaspari, 2015). Além disso, os dois países apresentam aspectos de sua formação sociopolítica latino-americana que os aproximam, assim como ambos passaram por processos de transição para a democracia ao final do século XX – embora com características distintas (Da Costa; González, 2019). Ou seja, os dois países apresentam semelhanças que propiciam uma análise mais aprofundada e comparativa sobre como os dois conceitos chave da pesquisa operam, de maneira que seja possível identificar o seu potencial explicativo, suas limitações e variações.

Levando em consideração os pontos apresentados anteriormente, foi estabelecido como objetivo central da pesquisa a compreensão de que forma a nostalgia sobre o passado autoritário impacta a consolidação, ou não, de uma cultura política democrática no Brasil e no Chile e, em decorrência, a democracia inercial nesses países. Como objetivos específicos, foram estabelecidos os seguintes: (i) dimensionar a atual situação da democracia inercial nos casos em tela; (ii) dimensionar a situação da nostalgia da ditadura nos dois países; (iii) identificar as políticas voltadas para a justiça de transição nesses países; e (iv) identificar a manifestação de valores autoritários e democráticos nas sociedades por meio da análise de *surveys*, em especial das últimas três ondas do World Values Survey (WVS).

Não se pretende, com tal proposta, subtrair a complexidade do tema, uma vez que se tratam de conceitos que abordam a intersubjetividade humana e, dessa forma, envolvem construtos abstratos que não podem ser simplificados em interpretações unívocas. Considerando esse aspecto, não será buscada uma relação causal entre nostalgia da ditadura e democracia inercial, pois se observa a necessidade de primeiramente entender como esses dois conceitos são operacionalizados para os dois países para então desenvolver inferências sobre como se interrelacionam. Nesse sentido, foi utilizada para análise a base de dados do World Values Survey (WVS), referente às quinta (2005-2009), sexta (2010-2014) e sétima (2017-2022) ondas para o Brasil e o Chile. As variáveis escolhidas para entender a nostalgia da ditadura foram pautadas no trabalho de Castro (1996), cujo conceito de nostalgia da ditadura foi atualizado no índice de Bittencourt (2020), tendo também o WVS como base; enquanto as voltadas para a democracia inercial se fundamentaram nos parâmetros de análise estabelecidos por Baquero (2018) para compreender a dimensão da cultura política na democracia inercial – nesse caso, portanto, foi averiguada a confiança política.

Para atingir tais objetivos, fez-se necessário o reconhecimento dos estudos sobre democracia na Ciência Política, em especial partindo da perspectiva teórica da Cultura Política. Dessa forma, o primeiro capítulo da dissertação se insere nesse esforço de sintetizar os principais elementos dos estudos sobre democracia pertinentes à análise realizada posteriormente. Nesse sentido, foi realizada uma breve apresentação de teorias fulcrais do campo, bem como os dilemas para se pensar na democracia na América Latina. Foram discernidas, portanto, duas dimensões de democracia: as que se baseiam em sua forma e as que se baseiam em seu conteúdo. O modelo inercial buscou superar e sintetizar essa dualidade ao compreender que as duas dimensões precisam ser consonantes para garantir a estabilidade democrática.

Já o segundo capítulo é fruto da necessidade de compreender a pertinência da abordagem dos conceitos de nostalgia da ditadura e democracia inercial para os países estudados, Brasil e Chile. Ademais, buscou-se também contextualizar os dois países em relação à sua história recente de transição para a democracia, pois compreende-se que esse processo, nos dois países, foram eventos que compuseram a experiência compartilhada de cidadãos e que ecoaram na socialização dos indivíduos e na sua formação como atores sociais. Por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise quantitativa dos dados do WVS, a fim de se identificar os indícios presentes na cultura política que permitem inferir os impactos da nostalgia da ditadura sobre a democracia inercial. Assim, as ferramentas estatísticas utilizadas permitiram que fosse traçado um panorama sobre a situação brasileira e chilena.

Espera-se, com a presente pesquisa, contribuir para o campo de estudos da Cultura Política na América Latina, estabelecendo o diálogo com os estudos que abordam o fenômeno das transições democráticas e compreendendo o processo democrático para além de seus aspectos formais – entendendo também o papel da difusão de valores e como eventos críticos afetam a socialização de tais valores, como o golpe militar contrarrevolucionário. Considerando que a pesquisa visou o reforço de teorias e métodos vigentes para a análise e compreensão do fenômeno democracia, espera-se também contribuir para o fortalecimento dessas teorias. Isso possibilitará explorar seu potencial explicativo em diferentes fenômenos e, conseqüentemente, discernir quais dos seus aspectos podem ser generalizados. Isso tornará possível determinar a pertinência dessas análises para teorias de curto ou médio alcance.

2 DEMOCRACIA: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE O SISTEMA POLÍTICO

Este capítulo pretende situar os estudos sobre democracia na Ciência Política. Desse modo, destina-se a sintetizar as diferenças entre o entendimento sobre democracia na antiguidade e na contemporaneidade, bem como apresentar, brevemente, os principais aspectos do debate teórico mais amplo sobre democracia e suas peculiaridades na área da Cultura Política e, em particular, na região da América Latina – onde se encontram os dois estudos de caso dessa dissertação, o Brasil e o Chile. Além disso, como a pesquisa dá enfoque ao sentimento de nostalgia da ditadura, a última seção, que trata da democracia na América Latina, aborda aspectos da formação sociopolítica dos países da região que ajudam a entender a difusão de valores antidemocráticos nos casos em tela.

A ideia de democracia, no contexto das ditaduras latino-americanas implementadas durante a Guerra Fria, era maleável e moldada conforme os interesses de quem estava no poder – no caso, os militares. Embora a natureza das ditaduras fosse incompatível com a instituição da democracia, o argumento de que o empreendimento das ditaduras era resultado da busca pela proteção da democracia da ameaça comunista era propagado pelos regimes ditatoriais. Em decorrência, o termo “democracia protegida” era utilizado por Pinochet e pela Junta Militar para designar os anos de chumbo no Chile (Cañueto, 2021). Da mesma maneira, o quarto presidente da ditadura brasileira, Ernesto Geisel, afirmava que “o Brasil vive um sistema democrático dentro da sua relatividade” (Memorial da Democracia, 2023).

Essa maleabilidade do conceito de democracia impactou o entendimento político acerca do que ocorria nesses países naquele período. Observa-se, mais recentemente, o revisionismo acerca da terminologia que caracterizava a ditadura, como a própria palavra “golpe”. Por exemplo, em discursos para campanha presidencial, o ex-presidente Jair Bolsonaro desqualificou o conhecimento histórico que fundamenta o uso do termo “golpe” para descrever a instauração da ditadura militar em 1964 e abonou o uso de “revolução” (Motta, 2021). Mais do que uma discussão de terminologia, esse debate ecoa algumas das visões de mundo presentes na sociedade, o que torna desejável que pesquisas no âmbito da Cultura Política sejam capazes de dimensionar os impactos da instalação de regimes militares no entendimento da população sobre o que é democracia e, evidentemente, no desenvolvimento dessa forma de governo após a transição.

Tal esforço foi empreendido pelos autores que serão aqui mobilizados (Baquero, 2018; Baquero, González, 2016; Castro, 2000; Motta, 2021), constituindo uma literatura bem desenvolvida sobre o assunto cujos aportes favorecem avanços no campo para potencializar sua

capacidade explicativa. Como foi apontado anteriormente na Introdução, existem duas dimensões da democracia que conduzem as análises sobre esse sistema político: a pertinente à sua forma e aquela relativa a seu conteúdo. Buscando superar a dicotomização do debate de uma ou outra dimensão, a presente pesquisa partiu do conceito de democracia inercial, a fim de operacionalizá-lo e examinar quais indícios presentes na cultura política contemporânea dos casos em tela permitem inferências acerca da relação entre democracia inercial e o sentimento de nostalgia da ditadura militar. Para cumprir tal objetivo, faz-se necessário, inicialmente, compreender como a democracia é abordada no campo da Ciência Política e, mais especificamente, da Cultura Política. Por essa razão, esse capítulo se deterá em um esforço de mapeamento, predominantemente descritivo, a fim de situar o objeto de estudo.

2.1 Democracia e Ciência Política

O estudo acerca da democracia no âmbito da Ciência Política é extenso e antigo, de modo que esta seção pretende salientar alguns aspectos centrais que ajudam a compreender o desenvolvimento da democracia e seus estudos. Sobretudo, foram enfatizados os aspectos que levam à reflexão sobre a democracia na contemporaneidade, direcionando para os estudos referentes à cultura política e à região da América Latina.

A palavra “democracia” remonta aos clássicos gregos e nem sempre foi associada a qualidades positivas. Como lembra Sartori (1991), Aristóteles a classificou como uma forma de governo ruim por ser a forma orientada ao auto-interesse; Kant a associava como um governo necessariamente déspota e Robespierre, que a via com bons olhos, assegurou, com tal postura, sua má-reputação. Isso fica evidente na fala de John Quincy Adams, revolucionário e defensor da independência das treze colônias inglesas:

Fui sempre a favor de uma República livre, não uma democracia, que é um governo arbitrário, tirânico, sangrento, cruel e intolerável como o de Faláris com o seu touro é representado. Robespierre é um exemplo perfeito do caráter do primeiro carneiro guia numa democracia [...] (*apud* Starling, 2018, p.20).

O debate acerca da democracia e sua designação conceitual é diferente entre os modernos e os antigos. O que distancia esses grupos são os seguintes aspectos: a separação entre titularidade e exercício do poder, o princípio de maioria e a concepção de indivíduo e cidadão (Sartori, 1991). Para a democracia grega, não fazia sentido uma distinção de titularidade e exercício, uma vez que o poder era exercido por todos – não existia a ideia de soberania popular, “como sua soberania era tudo e tudo absorvia, [...] a noção [de soberania]

não foi extraída” (Sartori, 1991, p. 124, tradução própria). Ademais, a antropologia grega era aquela concebida por Aristóteles de que o homem é um animal político, de modo que a cidade antecede o indivíduo e este não existe sem cidadania. Essa visão mudou ao longo de toda construção filosófica e moral elaborada com o cristianismo, o renascimento e o jusnaturalismo e que se concluem na filosofia kantiana. Ou seja, a acepção da palavra “democracia” foi se transformando com o decorrer do tempo e, atualmente, está mais ligada à democracia liberal, como será observado adiante. Sartori (1991) distinguiu três aspectos principais para caracterizá-la, tanto em sua acepção antiga quanto moderna, são eles: (i) princípio de legitimidade, (ii) um sistema político elaborado para resolver problemas de exercício e (iii) seu ideal.

O primeiro aspecto é o que preserva uma característica essencial que conecta a democracia de hoje com a dos antigos: sua legitimidade provém do povo. Porém, Sartori (1991) atenta para o fato de que o poder não está relacionado somente à titularidade, mas também ao exercício. O segundo aspecto elencado – a partir do qual a democracia propõe, em última instância, um autogoverno – apresenta um dilema para a modernidade: como seria possível um verdadeiro autogoverno, visto as numerosas populações que constituem os países atualmente? Sartori (1991) responde essa questão indicando que a democracia que existe, nesses casos, é somente a democracia representativa; assim, a inclusão de algumas instituições de participação direta, como referendo e plebiscito, não elimina esse traço. Soma-se a esses pontos o caráter idealista assumido por tal tipo de governo e, segundo o autor, para a democracia realmente vigorar, esse sistema deveria ser promovido e acreditado. Sartori (1991) assinala que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a principal dicotomia deixa de residir no conceito de democracia da Antiguidade e da Modernidade, para se tornar o embate entre a democracia liberal e o socialismo e, a partir de então, a palavra democracia se converte em uma abreviação de democracia liberal (Sartori, 1991).

Seguindo essa linha, Morlino (2009) aponta que a concepção dessa democracia liberal se deve ao acréscimo de uma dimensão horizontal de participação das massas aos regimes competitivos e oligárquicos que predominavam no mundo ao longo do século XIX. O autor ressalta que a inclusão dessa dimensão trouxe mudanças substanciais na forma de fazer e entender a política, ao encontro do que Sartori (1991) também havia pontuado. Dahl (2002, p. 16) acrescenta que “nem os ditadores mais repressivos deixam de reconhecer o direito do povo a participar no governo, [...] embora neguem o direito ao debate público”. Ou seja, a dimensão horizontal se tornou aspecto fundamental para a política e, do mesmo modo, para o desenvolvimento da democracia liberal. Considerando o que afirmou Dahl (2002), a dimensão

de massas não é uma característica exclusiva dessa forma de governo, mas sua diferenciação reside justamente no direito ao debate público.

Tratando ainda sobre a diferença entre antigos e modernos, Touraine (1996, p. 41) afirma que “no mundo dos Estados não é possível falar de democracia a não ser como de um controle exercido pelos atores sociais sobre o poder político” e ressalta a multiplicidade desses atores, de modo que a concentração do poder é evitada. Segundo Touraine (1996), a sociedade moderna é composta, sobretudo, de relações sociais em que os atores são definidos por orientações culturais que estabelecem relações de conflito e cooperação entre si. O autor reforça que a liberdade dos antigos era baseada na subordinação do indivíduo à polis. Na contemporaneidade, a democracia deve ser social e é ameaçada quando o Estado é o único guardião dos interesses da sociedade. Nesse caso, quando os atores sociais estão subordinados ao Estado e a ele são relegados poderes legislativos ilimitados, há um afastamento da democracia (Touraine, 1996).

Assim, ao se endereçar a democracia inercial partindo do sentimento de nostalgia, busca-se analisar aqui como essa democracia, marcada pela dimensão de massas desde a primeira metade do século XX, e sua respectiva cultura política se desenvolveu em um contexto peculiar latino-americano em que houve a presença notável de pessoas não eleitas, como os militares, e de ingerência externa. Para Schmitter e Karl (1991), o condicionante da presença de pessoas não eleitas indica a ausência de um *genus* democrático e a existência de um ambiente institucional não democrático ou ambigualmente democrático. Somado a isso, o condicionante da ingerência externa permitiria a existência de uma democracia interna no país, mas não de soberania ou independência. Nota-se, portanto, que esses elementos conformaram uma situação democrática particular na América Latina, que deve ser analisada considerando a constituição de um Estado periférico – dada a sua reprodução dependente do mercado mundial e sua heterogeneidade estrutural (Granato, 2021).

Existe na literatura um grande debate acerca dos principais elementos que distinguem a democracia de outros regimes, suas teorias variam entre perspectivas procedimentais, normativas, empíricas ou mesmo idealistas. O conceito para o qual essa dissertação está voltado, o de democracia inercial, centra-se em uma visão mais empírica da democracia. Ainda que não seja o enfoque da presente pesquisa investigar a adequação das demais definições ou o embate entre elas, é relevante considerar que a ausência de consenso sobre a definição de democracia pode ser explicada pelas diferenças na evolução histórica da própria democracia e de seus aspectos em cada país. Ou ainda, nas palavras de Castro (2012, p. 82), “a invenção democrática foi fruto de um misto de proposição intelectual normativa, em certa medida

idealista, com uma profunda ligação orgânica de seus fundadores com o mundo em que viviam”. Por essa razão, considerando que a dicotomização de forma e conteúdo reduz o debate acerca da democracia (Castro, 2014), buscou-se aqui conceitos que pudessem mediar essas duas instâncias, compreendendo também os interesses políticos associados.

Feita essa ressalva, nota-se que uma definição mínima empírica da democracia considera como importante a presença das seguintes instituições: eleições, partidos competitivos, pluralismo de informações (Morlino, 2009). Essa definição de Morlino (2009) agrega as contribuições predecessoras de Dahl e Schumpeter. No livro *La Poliarquia*, de Dahl (2002), o autor coloca ênfase na capacidade do sistema em atender as preferências dos seus cidadãos. No caso dessa obra especificamente, Dahl (2002) assume que é factível conceber um sistema com determinadas características ideais e que isso basta para o estudo ao qual aquele livro se presta. Assim, para Dahl (2002), a centralidade do papel do cidadão atribui à democracia as seguintes características: (i) os cidadãos devem possuir iguais oportunidades de formular suas preferências; (ii) os cidadãos devem possuir iguais oportunidades de manifestar essas preferências em diferentes espaços; e deve existir a (iii) igualdade de tratamento do governo a todos os cidadãos, bem como deve ocorrer e ausência de discriminação em razão do conteúdo ou da origem das preferências.

Touraine (1996, p. 34), ao caracterizar a democracia, também eleva o indivíduo ao papel de sujeito político em: “[a] democracia não está a serviço da sociedade ou dos indivíduos, mas dos seres humanos como sujeitos, isto é, criadores de si mesmos, de sua vida individual e coletiva”. Para o autor, a democracia conta com a presença de princípios éticos, como liberdade e justiça, que a distinguem de uma oligarquia e não renuncia à presença de conflitos sociais. O pensamento autoritário, por sua vez, além de desconsiderar tais princípios éticos e conflitos sociais, apega-se à formalidade das regras jurídicas. O autor distingue as noções de cidadania¹ e nacionalidade, pois entende que a primeira confere direitos ao indivíduo de participar na organização da sociedade enquanto a segunda significa ser uma espécie de membro de um país – embora entenda que em alguns locais essas duas acepções estão necessariamente vinculadas legalmente (Touraine, 1996).

Nessa mesma linha, observa-se um entendimento similar em Urbinati (2023, p. 40) quando afirma que “o direito de participar na formação de opiniões é um direito que gera poder, não apenas um direito que protege do poder.” e em Baquero (2018, p. 14) sobre o Estado democrático latino-americano: “penso que o desafio daqueles que se dedicam ao estudo da

¹ Sobre cidadania, Schmitter e Karl (1991, p. 5, tradução própria) colocam que “todo regime possui governantes e um domínio público, mas apenas na medida que são democráticos é que possuem cidadãos”.

democracia na América Latina é identificar dispositivos que possibilitem um empoderamento do cidadão do demos, com vistas a contribuir para uma relação mais republicana entre Estado e sociedade”. Como se nota, a presença e a participação cidadã são imprescindíveis na concepção de democracia que desponta no século XX. O engajamento civil, no entanto, não é inerente em uma sociedade e, como pode-se observar na colocação de Baquero (2018), é um desafio em alguns países. Por essa razão, faz-se necessária a compreensão da esfera da cultura política na consolidação democrática.

2.2 Democracia e Cultura Política

A relação entre Cultura Política e democracia é explorada desde o princípio da evolução do campo. Publicado em 1963 por Almond e Verba, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries* foi o primeiro estudo sistemático acerca de Cultura Política. Como o próprio título sugere, a tese identificou uma relação causal entre a estabilidade do sistema democrático e a existência de uma cultura cívica (Almond; Verba, 1989). Ressalta-se que a palavra “cultura”, nesse caso, é entendida como a possibilidade de fazer uso de abordagens da antropologia, psicologia e sociologia para compreender a orientação política dos membros de uma sociedade perante determinados objetos (Castro, 2000). Tal modelo de causalidade discerniu diferentes culturas conforme a predominância de cada orientação política² (Almond; Verba, 1989).

Essa relação unilinear desenvolvida pelos autores constitui, por sua vez, um paradoxo: a cultura cívica tem efeitos sobre a democracia, porém não o contrário (Castro, 2000). Embora esse dilema seja fonte de muitas das críticas posteriormente elaboradas, um ganho importante advindo da teoria da cultura cívica é de que a identidade da sociedade não se restringe às instituições, está embasada em um sistema de crenças e valores compartilhados que norteiam a ação política. Almond e Verba (1989) entendem que existem três tipos de atitudes: as de orientação cognitiva, afetiva e avaliativas. Nesse sentido, conhecimentos e crenças sobre política são expressos nas orientações cognitivas, enquanto as afetivas estão mais ligadas às emoções e sentimentos despertados pelos objetos políticos e as avaliativas são referentes aos julgamentos sobre os processos políticos. A partir dessas, constituem-se as dimensões de

2 “[...] em geral, culturas paroquial, súdita ou participante seriam mais congruentes, respectivamente, com uma estrutura política tradicional, com uma estrutura autoritária centralizada e com uma estrutura política democrática” (Almond; Verba, 1989, p. 20).

análise para a compreensão da democracia, em que os objetos políticos são: o sistema político, partidos políticos, grupos de interesse ou grupos políticos, o sistema burocrático, o cidadão, os agentes da autoridade estatal. Dalton e Welzel (2014, p. 3) indicam a distinção desses objetos naqueles do tipo *input* e *output*, de forma que alguns estão envolvidos na “transmissão das demandas dos cidadãos às instituições”, enquanto outros se referem àqueles que “implementam políticas públicas”.

De acordo com Castro (2000), embora o desenvolvimento teórico de Almond e Verba (1989) fundamente o campo de conhecimento da Cultura Política, muitos autores posteriores a eles foram induzidos a pensar na necessidade de identificar uma cultura cívica naqueles mesmos moldes, limitando-se a esse modelo analítico. Seguindo essa linha, deveria, portanto, existir uma relação estrita de causalidade entre democracia e cultura política. Ou seja, para Almond e Verba (1989), uma sociedade seria democrática unicamente se houvesse uma população com uma cultura cívica participante, ou seja, um padrão de cultura política ativa. Em contraposição, Castro (2000, p. 42) identifica uma armadilha, pois “a existência dessa determinada cultura política, que seria independente das instituições democráticas, não seria suficiente para que houvesse democracia”. Desse modo, o desenvolvimento de uma cultura democrática passa a ser interpretado como um fator natural de uma sociedade, o que se torna um empecilho na análise dos países latino-americanos marcados por longos períodos ditatoriais, como o Brasil e o Chile. Portanto, para se pensar nesses casos, é imprescindível utilizar uma abordagem que contemple sua formação sociopolítica, como é possível pela mediação da análise pelo conceito de democracia inercial – que será explorado adiante.

Antes de endereçar as peculiaridades da democracia e valores no caso dos países em desenvolvimento, em especial da América Latina, é pertinente retomar aqui o debate mais amplo acerca da democracia e cultura política; bem como a literatura sobre essa relação em países desenvolvidos – onde se esperava a manutenção da cultura cívica e a estabilidade institucional. Cabe notar que Inglehart e Welzel em *Modernization, Cultural Change and Democracy* (2005) sustentam que as mudanças estruturais e sistêmicas da sociedade afetam os valores individuais; argumentam também que o desenvolvimento socioeconômico torna tais transformações mais previsíveis. Nesse caso, se fiam em uma visão de progresso que se aproxima da teoria da modernização, no entanto se afasta dessa teoria na medida que entendem que tal trajetória não é irreversível – ou seja, contemplam a possibilidade do colapso econômico (Inglehart; Welzel, 2005).

Como Inglehart e Welzel (2005) apontaram, ainda que exista uma tendência de modernização em comum nos países devido à inserção ao mercado mundial, seus valores não

estão em convergência – segundo os autores, visões globalizantes seriam simplistas para contemplar a realidade. É preciso considerar, portanto, o sistema de valores que caracteriza cada uma das sociedades; Inglehart e Welzel (2005) destacaram, por exemplo, os sistemas de crenças vinculados ao cristianismo, ao islamismo e ao confucionismo. Sobre valores, os autores assinalam que:

Embora o desenvolvimento socioeconômico tenda a produzir mudanças sistemáticas naquilo que as pessoas acreditam e querem da vida, a influência das tradições culturais não desaparece. Os sistemas de crenças têm durabilidade e resiliência notáveis. Embora os valores possam mudar e mudem, eles continuam a refletir o patrimônio histórico da sociedade. A mudança cultural depende da trajetória (Inglehart; Welzel, 2005, p. 20, tradução própria).

Assim, há a ênfase na durabilidade de determinados valores formados socialmente, o que não impede que mudanças se concretizem ao longo do tempo – uma vez que os valores também estão sujeitos às mudanças políticas e econômicas, bem como aos fatores ligados à sua socialização. Ao refletirem sobre as mudanças de valores, Inglehart e Welzel (2005) retomaram o apontamento de Moore (1967)³ no que se refere à política de massas. Como se comentou na seção anterior, a dimensão das massas transformou a política e, para Moore (1967), a mobilização dessas massas na política não conduz necessariamente à democracia. Para o autor, diferentes versões autoritárias, fascistas e comunistas podem advir da fase industrial da modernização⁴. Inglehart e Welzel (2005) complementam essa análise ao agregar que na fase pós-industrial existiria um questionamento da autoridade por meio de valores de autoexpressão. Nesse sentido, iriam de encontro às previsões mais pessimistas, como as ilustradas na literatura de George Orwell, de que a modernidade seria caracterizada pelo autoritarismo e a tecnocracia (Inglehart; Welzel, 2005).

No entanto, Castro et al (2020) – em artigo intitulado “Is Self-Expression Chic?” – questionam a premissa de Inglehart e Welzel (2005) de que os valores de autoexpressão se

3 Barrington Moore, em sua obra *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (1967), aponta três caminhos para o mundo moderno: por meio da (i) revolução burguesa, da (ii) revolução de cima e a (iii) via comunista. A partir desse entendimento, o autor realiza estudos comparados sobre os países que se adequaram melhor a uma ou outra via: para a primeira, Moore seleciona os casos da Revolução Puritana, da Revolução Francesa e da Guerra Civil Americana; para a segunda, os casos da Alemanha e do Japão; e para a terceira, da Rússia e da China. Na sua análise, Moore considerou que esses países atingiram suas formas econômicas industrializadas por caminhos diferentes e constituíram sistemas políticos que viabilizaram a conjugação dos interesses dos atores sociais que surgiram nesse processo (Moore, 1967).

4 Quanto ao fascismo, Moore (1967, p. 512) ainda coloca que “1) pode aparecer como reação à tensão do industrialismo em desenvolvimento, independentemente de um fundo social e cultural; 2) pode ter muitas raízes na vida agrária; 3) aparece, em parte, como reação a um fraco impulso para a democracia parlamentar; 4) mas não pode florescer sem Industrialismo ou com um passado eminentemente agrário”.

desenvolveriam em razão da fase pós-industrial na América Latina. Enquanto Castro et al (2020) entendem que na região existiria uma influência mais forte das elites em razão da globalização, Inglehart e Welzel (2005) advogam que a globalização não explica tal compartilhamento de valores. Além disso, Inglehart e Welzel (2005) argumentam que não existiria a uniformização e sujeição a valores ocidentais, mas sim uma grande diversidade cultural que incorpora valores não-ocidentais. Nota-se que um elemento incorporado na análise de Castro et al (2020) é, portanto, a dominação ideológica. Embora seja uma lógica que se contrapõe à preconizada por Inglehart e Welzel (2005), explora justamente aquilo que eles haviam realçado como de suma importância para refletir a democracia, ou seja, o fato de que tal sistema político depende da trajetória do país.

Nesse sentido, a ênfase da pesquisa de Castro et al (2020) está na formação de elites na América Latina, no início do século XX. Para os autores, o desenvolvimento de meios de comunicação e a conexão das elites da região com as elites europeias propiciou que os valores de autoexpressão se propagassem sem que houvesse, necessariamente, a ocorrência da consolidação de uma fase pós-industrial. Ou seja, não existiria uma mudança uniforme de valores, como preconizada por Inglehart e Welzel (2005). Embora Castro et al (2020) tenham verificado, em concordância com Inglehart e Welzel (2005), que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – indicando melhoria na vida material da sociedade – impacta a presença de valores de autoexpressão, essa relação não é tão direta se comparada à que existe com os *index* de globalização social. Em se tratando de América Latina, portanto, entende-se que a mudança de valores não é um processo homogêneo e uniforme (Castro et al, 2020).

Em *The Civic Culture Transformed*, cujos editores são Dalton e Welzel (2014), há o intento de revisitar a cultura cívica de Almond e Verba (1989) averiguando o surgimento de uma cultura política pós-materialista, bem como contemplando o cenário no qual aparece os elementos centrais que permitiram seu desenvolvimento. Assim, observou-se nos casos estudados aspectos em termos de valores, atitudes e comportamentos que se diferiam dos previstos pela cultura cívica. Dalton e Welzel (2014) sinalizam a mudança, em países mais desenvolvidos, de uma cultura política mais deferente para outra mais assertiva – em inglês, *allegiant* e *assertive*, respectivamente. Outro ponto assinalado pelos autores é que a democracia foi instaurada em vários lugares do mundo, mesmo naqueles que Almond e Verba (1989) consideravam de difícil democratização devido à ausência da cultura cívica. Ademais, observam a situação paradoxal em que o desejo da população pela democracia convive, em alguns casos, com a ausência de um governo efetivamente democrático. Assim, identificaram os valores emancipatórios como importantes condicionantes da mobilização democrática,

sendo que tais valores estão vinculados a orientações libertárias e igualitárias, com ênfase nas aspirações libertárias características da democracia liberal (Dalton; Welzel, 2014).

Ao longo da última década, notam-se indícios na literatura pertinente de que haveria uma queda de confiança na democracia, mesmo em países em que foi considerada consolidada. Foa e Mounck (2017) observaram um padrão de desconfiança e ceticismo perante as instituições democráticas das gerações mais jovens nos Estados Unidos, no Reino Unido, nos Países Baixos, na Austrália e na Nova Zelândia. Além de constatarem essa mudança de opiniões, os autores averiguaram que tais transformações impactam o comportamento político das pessoas, dando espaço para o surgimento de lideranças populistas que adotam a postura de *outsiders* e um discurso *anti-establishment*. Surge, portanto, a ameaça interna ao sistema democrático. Ou seja, uma vez que a sociedade legitima posturas antidemocráticas de seus líderes, é possível que o sistema seja corrompido por dentro, com a diminuição da importância do sistema de pesos e contrapesos estabelecidos no jogo dos Três Poderes da República. Essa abordagem desafiou a literatura *mainstream* a respeito da consolidação democrática, que previa que, uma vez estabelecida, a democracia estaria segura – desde que fossem contemplados alguns critérios, como a estabilidade econômica e a presença de alguns ciclos eleitorais (Foa; Mounck, 2017).

Dando continuidade às premissas de Foa e Mounck (2017), Howe (2017) destaca que a solução para o dilema apresentado não se encontra unicamente na melhoria da eficiência das instituições e do funcionamento da democracia. O autor ainda acrescenta que as evidências – relativas sobretudo às ondas do WVS nos EUA – indicam que o descontentamento com a democracia não está diretamente ligado à insatisfação com as suas instituições; no entanto, determinadas atitudes antissociais e autointeressadas podem estar ligadas à indiferença com a democracia. Além disso, considerando a análise geracional e em concordância com Foa e Mounck (2017), Howe (2017) aponta que as mudanças na opinião e valores democráticos culminaram em efeitos políticos visíveis no campo eleitoral. O politólogo também afirma que “a ascensão do sentimento antidemocrático tem menos a ver com disfunção na arena política do que com mudanças corrosivas que remodelaram a paisagem social e cultural de forma mais geral” (Howe, 2017, p. 16).

Embora os autores supramencionados estivessem focados nos casos de democracias nos EUA e na Europa, Foa e Mounck (2017) recomendam o estudo acerca de outros processos de desconsolidação na história, a fim de começar a responder às questões advindas do fenômeno observado nos países ricos. Ademais, Howe (2017) identifica o *ethos individualista*, a ausência de um sentido de comunidade, como um elemento que ameaça a democracia. A leitura de Foa

e Mounck (2017) e Howe (2017) possibilita a contemporização do debate, como se pretende nesta seção, e, ao mesmo tempo, permite que, ao enxergar os desafios que se apresentam às democracias longevas, possa-se acessar alguns indícios para depreender o porquê de algumas democracias não terem atingido esse suposto patamar de estabilidade.

Como colocado anteriormente, as investigações de Almond e Verba (1989) buscavam responder à pergunta de quais crenças possibilitariam a sobrevivência de governos democráticos e essa contribuição foi importante para avançar o conhecimento no âmbito da Cultura Política. Esse trabalho inicial possuía um caráter mais normativo – e daí, portanto, muitas de suas críticas –, também em razão das limitações de ferramentas e técnicas de pesquisa. Dados os avanços nesse sentido, pesquisas posteriores identificaram valores conflitantes com aqueles previstos pela cultura cívica (Inglehart; Welzel, 2005; Dalton; Welzel, 2014). A próxima seção dedica-se, portanto, a elucidar os estudos feitos no campo da Cultura Política para o fenômeno da democracia na América Latina, buscando aprofundar os aspectos que os diferenciam da literatura *mainstream*.

2.3 Contribuições culturalistas anteriores: a busca por uma perspectiva latino-americana

Como explanado anteriormente, a forma como a área da Cultura Política foi concebida, nos primórdios da elaboração do conceito de cultura cívica, colocou alguns obstáculos para pensá-la para a região da América Latina, em razão da chamada armadilha da cultura cívica – partindo do pressuposto que deveria atender aos moldes da cultura política identificada em países como Reino Unido e Estados Unidos (Castro, 2000). Conforme também pontuou Cruz (2005), a democracia civil era compreendida como uma variável dependente de determinadas instituições e valores de uma sociedade, ou da sua capacidade de ocidentalização. Ainda assim, o desenvolvimento da área foi bastante prezado por autores latino-americanos pois promovia o entendimento de uma influência mútua entre o sistema e as atitudes, valores e comportamentos da sociedade, agregando um caráter de intersubjetividade ao entendimento sobre estabilidade democrática (Castro, 2000; 2008).

Ademais, o interesse em aprofundar os estudos sobre cultura política se deve, entre outros fatores, à escassez de governos democráticos na América Latina durante grande parte do século XX. Segundo Booth e Richard (2014), a duração média de um governo democrático na região, durante aquele período, era de treze anos. Como observaram os autores (Booth; Richard, 2014), era difícil a implementação de técnicas de pesquisas, como *survey*, para analisar o que a

população pensava devido à predominância de governos autoritários⁵. De modo que aqueles que se dedicaram a compreender a cultura política buscavam na literatura histórica e nas instituições estabelecidas as fontes para suas inferências (Booth; Richard, 2014).

Nesse sentido, ao explorarem a história da colonização portuguesa e espanhola, foram identificados alguns aspectos em comum. Como por exemplo, a instalação de um sistema de governo hierárquico, que se imprimiu pela força e pela coerção e era legitimado pela Igreja Católica. Além disso, as estruturas de governança eram transitórias, dominadas por burocratas ibéricos e voltadas à exploração de minérios e da agricultura. A autoridade, portanto, era exercida de fora para dentro, da metrópole para a colônia, e a população local – o que incluía a população criolla – não possuía qualquer espaço na administração pública. As colônias se tornaram independentes em um contexto de ascensão do liberalismo após a Revolução Francesa, somada à aspiração pelo livre comércio. Porém, o que se seguiu foi uma série de guerras civis pela América espanhola acompanhadas de recessão econômica. Enquanto isso, a coroa portuguesa se abrigava em terras brasileiras, fugindo de Napoleão (Booth; Richard, 2014). Booth e Richard (2014) destacam que, ao final do século XIX, governos nacionais haviam se consolidado e que governos ditatoriais, liberais e modernizantes predominavam – por conseguinte, existia a prevalência de líderes fortes, caudilhos e militares, na região.

Alguns dos padrões culturais identificados na América Latina foram resultado dessa conformação histórica. Embora seja possível traçar algumas das características compartilhadas pelos países da região, é importante considerar que houve uma diferenciação com o processo de modernização, urbanização e crescimento econômico. Além disso, a complexidade cultural desses países vai muito além de estigmas. Por essa razão, faz-se necessária cautela na comparação dos países da América Latina. A própria expressão “América Latina” é útil para organizar o conhecimento e facilitar a interpretação acerca das semelhanças e diferenças dos países, porém é fundamental que não seja considerada como uma região homogênea. Outro aspecto que deve ser entabulado ao se tratar dos estudos da Cultura Política para a América Latina foi o impulso que houve no campo em razão das transições democráticas. Foram estabelecidos centros de pesquisa como o World Values Survey Brasil (WVS), o Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e o Latinobarómetro, que possibilitaram a composição de novas bases de dados para aferir dimensões concernentes à linha teórica da Cultura Política (Booth; Richard, 2014).

5 No Brasil existiam exceções importantes de realização de *surveys* mesmo durante a ditadura, sendo que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os pesquisadores de Cultura Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) eram expoentes na área.

Algumas das premissas desenvolvidas por autores culturalistas anteriores foram corroboradas, enquanto outras passaram a ser questionadas. Como lembrou Castro (2012), autores tais como Faoro (1973), Fernandes (1976) e Schwartzman (2007), trouxeram aportes para estudos sobre o impacto da formação política, econômica e social na contemporaneidade. Contudo, Booth e Richard (2014) também demarcaram que alguns preceitos precisaram ser revistos e reavaliados, pois havia novos subsídios que possibilitaram uma reflexão que contemplasse mais nuances da realidade social, coisa que ainda era bastante limitada até a década de 1970 e 1980. Como atentou Cruz (2005), os estudos que carregavam um juízo de valor adequado à uma perspectiva de ocidentalização passaram a ser revistos: por exemplo, o entendimento de que a América Latina apresentaria sociedades alienadas e propensas à violência. Tal construção se refere à análise de que a desigualdade socioeconômica e os abusos do poder por corrupção relegaram à população uma participação política caracterizada por explosões de violência e frustração (Booth; Richard, 2014); o que acaba por menosprezar uma avaliação mais aprofundada sobre a expressão de contradições na política, bem como agrega um caráter peremptório à política latino-americana.

Outras contribuições providas das Ciências Sociais e da História trouxeram aportes contundentes para a conformação atual da área da Cultura Política. Reiterando a construção de uma autoridade de fora para dentro, Fernandes (1976), ao retratar o caso do Brasil, afirmou que as estruturas coloniais se perpetuaram, uma vez que as conexões econômicas com o exterior preponderavam em um contexto de pouca relevância da produção interna. O autor reforçou que os importadores estrangeiros possuíam os recursos necessários – humano, técnico, financeiro – para dinamizar a economia e, logo, assumiram um papel bastante único: eram agentes humanos que se situavam no exterior mas que eram capazes de levar adiante os desígnios nacionais. Caracterizou-se, assim, uma modernização induzida de fora, da onde proveio o elemento burguês.

Para Florestan Fernandes (1976, p. 95 e p. 96), foi implantado um “complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira”. Cabe enfatizar outro trecho em que o autor constata que a autonomização política não teve caráter revolucionário e “se vinculou a transformações econômicas relativamente significativas e profundas, e se manifestavam mais fortemente os novos laços de dependência do País em relação ao exterior”. Nesse quadro, ao interpretar o papel dos diferentes agentes na constituição dessa sociedade moderna, Fernandes (1976) observa que o fazendeiro, cujo traço mais marcado na obra é o da sua ambição desmedida, suplanta o papel do coronel, que se torna uma figura anacrônica. O

coronel sintetiza, portanto, o ideal do potentado que não se concretizou e tal ideal foi preservado simbolicamente.

Assim, para Fernandes (1976, p. 123), o fazendeiro era senhor “no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da sociedade[, m]as apenas na superfície”. A força do símbolo do coronel remete a outro autor, também voltado para o caso brasileiro, Victor Nunes Leal (2012). O autor entende o fenômeno do coronelismo como resultado da superposição de uma estrutura social e econômica agrária defasada e o desenvolvimento do regime representativo. O aspecto inovador da obra de Leal (2012), originalmente escrita em 1948, incide justamente na ruptura com explicações dicotômicas acerca da política nacional, uma vez que observava entre coronéis e governadores uma relação muito mais dialética do que propriamente polarizada. O imbricamento existente nessa relação era também responsável por uma característica salutar identificada por Leal (2012): a distorção da natureza do público e do privado.

Leal (2012) escreveu antes de Fernandes (1976) e já havia antevisto que, com o desenvolvimento industrial e a urbanização, a tendência seria do enfraquecimento do poder exercido por esse grupo – que, por si só, já representaria a decadência do poder privado e a conservação de seu conteúdo residual. E é nesse conteúdo residual onde prevalecia o mandonismo, a troca de favores, a submissão de outras forças políticas e a homogeneização ideológica para a perpetuação das elites que se pode pensar nos traços culturais e simbólicos que resistiram às mudanças promovidas pelas forças modernizantes do século XX (Leal, 2012).

Ainda no que tange o Brasil e a literatura culturalista que precedeu os avanços da Cultura Política na América Latina como é desenvolvida hoje, cabe retomar aqui os estudos sobre autoritarismo de Schwartzman (2007). O autor discerniu um lugar intermediário entre os sistemas corporativos e a política aberta de grupos de interesse: os sistemas de cooptação. Estes garantiriam a continuidade dos detentores de poder ao tornar débeis e inconsistentes as estruturas e organizações destinadas à participação política de outra ordem. A cooptação reforça a ideia de o setor público e a política serem fins em si mesmos, indicando a constituição de um centro patrimonial e simbólico ao qual a sociedade delega suas demandas e se aliena, criando um contexto de dependência e subordinação; somado a isso está a formação de uma coalizão conservadora entre a oligarquia rural e o Estado. Após a revolução de 1930 e o desenvolvimento do processo democrático no Brasil, com a presença de eleições competitivas, o fenômeno do populismo passa a ser também considerado.

No sentido de aprofundar a compreensão sobre a relação entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do Estado, Schwartzman (2007) contemplou a variedade de possibilidades de vínculos entre essas esferas, e como isso afetou a relação entre sociedade e

Estado – quando a atividade política prepondera sobre a econômica, por exemplo, a participação política consistiria na disputa pelo acesso ao controle do Estado. O autor (2007) empregou o termo “patrimonialismo político”, de modo que se entende a participação política como condicionada e restrita ao inchaço do setor público, que deixa de buscar fins heterônimos para se tornar um fim em si mesmo. Nesse caso, prevaleceu uma cultura política na qual havia o entendimento de que os partidos e políticos deveriam se colocar acima dos interesses de grupos e visar os objetivos da nação. A perspectiva de Schwartzman (2007) seguiu um paradigma weberiano, da noção de dominação política por meio de uma pesada burocracia administrativa em contraposição à uma sociedade civil desarticulada, e, assim, se consolidaria o autoritarismo.

Aliado ao autoritarismo, outra característica que marcou a história dos Estados latino-americanos e, em decorrência, refletiu-se na literatura foi a presença de governos tecnocráticos. Segundo Faoro (1973), o primeiro ensaio a tratar de tecnocracia no Brasil foi de Themístocles Cavalcanti, em 1969, e o definiu como um governo em que há o primado absoluto dos técnicos. As origens desse pensamento remontam à Saint Simon (1760 -1825) e estão ligadas a um pensamento crítico ao capitalismo, compreendendo a mão invisível do mercado como irracional e como causa dos problemas sociais advindos desse sistema. Contudo, com a obra de Weber há um ponto de inflexão, pois o autor salientou a racionalização da vida como requisito para a reprodução das condições do capital (Faoro, 1973). São distintas, portanto duas racionalidades, sobre as quais Faoro (1973, p. 153) discorre:

A ciência política, mesmo aceitando o campo de debate que lhe fora traçado, não admitiu a conversibilidade do juízo técnico em juízo político. Argumentou que a racionalidade política não se esvazia diante da racionalidade formal técnica. Seu conteúdo seria outro – a *racionalidade sancionada* – que voltada embora para a ação consciente e planejada, orientar-se-ia por normas e valores irredutíveis aos fins científicos, estes não raro de caráter ideológico. A fragilidade da posição seria manifesta: na visualização de valores, na especificidade política, haveria um resíduo irracional, que seria perigoso contrapor à racionalidade.

Isso significa que a política se concretiza também na proteção de valores e que a tecnocracia não escapa da ideologia; pelo contrário, desenvolve um arcabouço ideológico próprio (Faoro, 1973). No pensamento tecnocrático, à racionalidade é conferida um valor em si e há um escamoteamento do juízo político e técnico, como se fossem essencialmente a mesma coisa e não componentes diferentes. Nesse contexto, há pouco espaço para o desenvolvimento da democracia, pois os meios justificam os fins a tal ponto que soberania popular passa a ser sinônimo de manipulação, dado o amoralismo concernente à tecnocracia. Assim, “as ideologias

se despojam de sua constelação de valores coletivos [...] para se converterem em justificações, explicações a posteriori” (Faoro, 1973, p. 159).

É nessa mitificação tecnocrática do papel do Estado que se fundamentam os governos ditatoriais na América Latina e que se fortalece a incidência de sua autoridade sobre os corpos. Partindo desse pressuposto que Moulian (2002, p. 28) vai interpretar a ditadura de Pinochet no Chile, cujo golpe foi em 1973, sobre o que assinala: “*las dictaduras revolucionarias, que son un tipo específico y diríamos ‘superior’ de las dictaduras, nacen de la poderosa aleación entre Poder normativo y jurídico (derecho), Poder sobre los cuerpos (terror) y Poder sobre las mentes (saber)*”. A reflexão feita por Moulian (2002) evidencia o elo entre três diferentes instâncias de poder, a do poder jurídico e normativo, o sobre os corpos e o sobre as mentes. Nesse sentido, o autor compreende a dominação de classe como conectada ao Estado e suas expressões de aparelhos repressivos, de forma que a dominação conta com o amparo de um sistema burocrático. Essa visão pode ser complementada com a de Kaplan (1981, p. 40), que afirma que “*lucha e integración, violencia y consenso no son dos fenómenos separados, sino momentos diferentes pero estrechamente ligados de un proceso general único*”.

Desse modo, fica nítido que não é possível pensar na democracia no Brasil e no Chile sem considerar as formas de dominação estabelecidas na região e os elementos de sua formação sociopolítica, que incluem a tecnocracia, o autoritarismo, o estadismo e o patrimonialismo público. A literatura mobilizada nessa seção evidenciou essas características latentes e que são fundamentais para orientar os estudos de Cultura Política contemporâneos voltados para a região da América Latina. Contudo, como indicaram Booth e Richard (2018), existe um esforço em compreender as nuances da cultura política na região, revisitando os paradigmas da literatura desenvolvida no século XX, mas fugindo de possíveis estigmas que limitem o entendimento sobre os países da América Latina. Assim, entende-se que o debate atual na área se fundamenta nos paradigmas propostos pelos autores que foram precursores da Cultura Política – como os apresentados na seção anterior (Almond; Verba, 1989; Inglehart; Welzel, 2005; Dalton; Welzel, 2014) – e, quando se trata da região latino-americana, parte-se também das premissas apontadas pelos autores culturalistas aqui elencados. O capítulo seguinte destina-se a abordar os dois conceitos que orientam a pesquisa, ou seja, a democracia inercial e a nostalgia da ditadura (Baquero, 2018; Castro, 1996; 2014), culminados da confluência dos estudos sobre América Latina de cunho culturalista e da abordagem mais tradicional da Cultura Política.

3 OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS PARA ESTUDO DOS CASOS BRASILEIRO E CHILENO

O conceito de democracia inercial trata de uma forma de democracia cujos avanços procedimentais (sufrágio universal, desenvolvimento dos partidos, parlamento e sistema eleitoral de forma geral) e econômicos (desenvolvimento de indústrias, organização do comércio, estabilidade de preços) foram, paradoxalmente, acompanhados pelo desenvolvimento de uma cultura política híbrida, havendo uma sociedade que apoia a democracia, mas não os valores democráticos (Baquero, 2018). Ou seja, a democracia inercial explica o descompasso entre o apoio à democracia e os avanços materiais dessa forma de governo e as atitudes e valores da população. Em síntese, Baquero (2018, p. 10) assinala que a democracia inercial é operacionalizada levando-se em consideração três eixos: “econômico, investimentos sociais e de desconfiança política”.

Já para se pensar no sentimento de nostalgia da ditadura, faz-se necessário o entendimento de um aspecto peculiar que marca os países que passaram por tal regime: a percepção das pessoas em relação à presença de militares na política. Por essa razão, Castro (1996; 2014), ao estudar o caso brasileiro, coloca como questão aos entrevistados se estes percebiam o período de ditadura militar como melhor do que então viviam, ou não. As respostas obtidas foram sistematizadas de forma a compreender se quem respondeu positivamente a essa questão foram pessoas que viveram o período de ditadura, ou se também os mais jovens, que não haviam passado por ela da mesma maneira. Essa distinção é fulcral para observar os efeitos geracionais do sentimento de nostalgia que se buscava averiguar. Ou seja, partia-se da proposição que o posicionamento dos entrevistados seria sobretudo simbólico. Além disso, a compreensão desse fenômeno perpassou por duas considerações importantes para operacionalização do conceito, que seria a compreensão do caráter estatista da sociedade brasileira, bem como a confiança nos militares que, por sua vez, indica o autoritarismo na sociedade (Castro, 1996).

Considerando tais trabalhos previamente realizados, dar-se-á enfoque à análise de valores no Brasil e no Chile visando entender a relação entre os dois conceitos. Essencialmente, os valores da população brasileira e chilena serão centrais na análise para os estudos de caso. Será utilizada, portanto, a base de dados do World Values Survey (WVS; Inglehart et al, 2014), em especial suas três últimas ondas – Onda 5 (2005-2009), Onda 6 (2010-2014) e Onda 7 (2017-

2022) (Inglehart et al, 2014) – que contempla uma série de questões que endereçam tais aspectos. Destaca-se, por exemplo, as questões voltadas para a confiança nas instituições, o interesse em política por parte da população, a importância de regimes democráticos e a de medidas de caráter autoritário e tecnocrático. As questões foram escolhidas com base na revisão da literatura que trata dos dois conceitos que interessam a essa pesquisa. Sendo assim, este capítulo se dedica a apresentar a operacionalização dos conceitos visados e os casos estudados, do Brasil e do Chile.

3.1 Democracia Inercial e Nostalgia da Ditadura

O termo “inércia” provém do fenômeno físico cuja postulação indica que, se um corpo está em repouso ou se movendo a uma velocidade constante em linha reta, ele permanecerá em repouso ou se movendo constantemente, a não ser que uma força externa seja exercida. No âmbito da economia, esse termo incorporou a expressão “inflação inercial”, cunhada por Mario Simonsen, e que indica os efeitos da ausência de confiança recíproca de atores sociais, o que ocasionou inconsistência entre o comportamento das pessoas e o estado da economia – levando, por sua vez, à inflação mesmo em momentos que não houvesse, de fato, pressões de demanda e custo (Baquero; González, 2016). Quando se pensa em democracia inercial, a ideia que se tem é que há uma incompatibilidade entre aquilo que se espera dos avanços formais e institucionais de uma democracia e a sua respectiva cultura política. Ou seja, embora seja possível identificar o fortalecimento de instituições que tornaria o sistema democrático mais robusto, o que se observa, por parte da população, é uma crise de legitimidade e credibilidade perante o governo incumbente (Baquero, 2018; Baquero, González, 2016).

Em outras palavras, enquanto há ganhos na esfera material, essa dimensão não se traduz em empoderamento institucional, uma vez que predomina uma avaliação negativa sobre a estrutura governamental (Baquero; Castro; Ranincheski, 2018). Essa relação está associada ao debate mais amplo quanto à existência – ou não – de um elo de causalidade entre a manutenção da democracia e o progresso econômico. Porém o conceito de democracia inercial extrapola essa questão partindo da constatação de que, independentemente da causalidade, a associação entre economia e democracia existe (Baquero, 2018). O que resta, portanto, investigar são “explicações plausíveis para o fato de países em desenvolvimento, que detêm procedimentos democráticos formais, não conseguirem institucionalizar valores republicanos e uma cultura política sólida” (Baquero; González, 2016, p. 499).

Segundo Baquero (2018), a democracia inercial produz uma cultura política híbrida. Caracterizada pela fusão de elementos democráticos e autoritários, o autor diagnostica essa cultura política na região da América Latina, assim como a presença da democracia inercial. Esse hibridismo que Baquero se refere está ancorado no entendimento de DaMatta (1993 apud Baquero, 2012) sobre a sociedade brasileira, que mescla uma identidade do tipo vertical, tradicional em sociedades não ocidentais, e do tipo horizontal, essa sim ocidental e baseada no direito natural. Como foi exposto no capítulo anterior, a cultura política híbrida é resultado da conformação histórica de valores na sociedade latino-americana e limita a participação ativa do cidadão na política (Baquero; Ranincheski; Castro, 2016).

Embora o conceito de cultura híbrida tenha sido criado por Baquero (2012; 2018), outro aporte da literatura da Cultura Política indica, em outros termos, esse fenômeno de hibridismo: as variações transculturais. Inglehart e Welzel (2005) aportaram que as variações transculturais são fruto de duas fases da modernização: a industrialização e o surgimento da sociedade de conhecimento. Com base nas dimensões de valores tradicionais *versus* seculares-rationais; bem como os de sobrevivência *versus* autoexpressão, os autores situam, em seu mapa cultural, o Brasil e o Chile na zona – também chamada de *cluster* cultural⁶ – de predominância de países da América Latina: marcada pelo nível de renda média e a presença de valores de autoexpressão conjugados aos valores tradicionais. Inglehart e Welzel (2009) assinalaram que a industrialização carece de *ethos* emancipador, logo não explica a ascensão de valores de autoexpressão; no entanto é fator importante no processo de secularização. Ademais, “o sistema de valores das sociedades industriais enfatiza a racionalização da autoridade, em vez da emancipação *da* autoridade” (Inglehart; Welzel, 2009, p. 88).

As contradições evidenciadas no mapa cultural de Inglehart e Welzel (2005; 2009) demonstram uma relação própria entre valores, sistema político e desenvolvimento socioeconômico na região, além de destacarem a presença da racionalização da autoridade conjugada a valores de autoexpressão. Esses últimos podem ser explicados pela difusão de valores pertencentes a outras regiões do mundo por meio da globalização. É o que sugeriram Castro et al (2020), pois os autores compreendem que tais valores são exógenos à experiência latino-americana, porém passam a compor o caldo cultural da região em razão da sua importação, sobretudo pelas elites. Já a presença de valores tradicionais traz indícios de elementos de uma cultura política que vem se consolidando ao longo dos séculos – refletindo “o patrimônio histórico da sociedade”, nos próprios termos de Inglehart e Welzel (2005, p. 20),

⁶ As fronteiras traçadas no mapa para definir os clusters culturais são baseadas nas zonas culturais de Huntington (1993, 1996), que dá ênfase nos aspectos compartilhados em razão de uma tradição católica em comum.

mencionados no capítulo anterior – incidindo na exaltação da autoridade e na reprodução das identidades do tipo vertical e horizontal, apontadas por DaMatta (1993).

A existência dessa cultura híbrida, cujas características também foram expressas no *cluster* cultural latino-americano no mapa de Inglehart e Welzel (2005), torna relevante a compreensão da democracia latino-americana partindo da premissa de que não há uma cultura coerente com a democracia liberal. Retomando Dalton e Welzel (2014), mobilizados no capítulo anterior, a democracia pode ser instaurada em países em que a cultura cívica está ausente; porém os autores consideram os valores emancipatórios como importantes condicionantes da mobilização democrática. A cultura híbrida no Brasil e no Chile revela a presença de uma democracia que destoa de tais premissas e que deve ser bem compreendida justamente em razão de suas limitações e os riscos que esse descompasso pode incorrer na sua estabilidade. Afinal, a congruência entre os padrões institucionais e sociais promove coesão social e favorece a manutenção da estabilidade democrática (Eckstein, 1966; Castro, 2014; Albanus, 2018).

Considerando esses aspectos, o conceito de democracia inercial se propõe, portanto, a contemplar as dimensões formais procedimentais e informais tradicionais da democracia e da cultura política na América Latina (Baquero, 2018). Segundo Baquero (2018), existiria nos países da América Latina uma democracia inercial, em que as pessoas defenderiam a democracia, porém sem partilhar de valores efetivamente democráticos. Desse modo, faz-se necessário a compreensão de indicadores que revelem o apoio das pessoas à democracia, de forma difusa e específica⁷ (Easton, 1968). Como foi apontado, Baquero (2018) compreendeu e operacionalizou a democracia inercial em três dimensões diferentes:

Quadro I – Operacionalização de Democracia Inercial por Baquero

Dimensão	Operacionalização
Dimensão econômica	Índice de GINI
	Produto Interno Bruto (PIB)
Dimensão de investimentos sociais	Investimentos em segurança

⁷ A fim de avançar na operacionalização desse conceito, cabe retomar brevemente aquilo que os conceitos de apoio difuso e específico de Easton (1968): o apoio difuso é uma manifestação genérica de crença no sistema político, enquanto o específico está relacionado à satisfação das pessoas com políticas, governantes, instituições.

	Investimentos em saúde
	Investimentos em educação
Dimensão de desconfiança política	Desconfiança no Congresso
	Desconfiança nos partidos políticos
	Desconfiança no governo
	Desconfiança nos governos locais
	Desconfiança no Presidente
	Desconfiança na administração pública
	Desconfiança na democracia
	Desconfiança no judiciário

Fonte: Elaboração própria a partir de Baquero (2018).

Como é possível observar no quadro I, o autor trabalhou com outras dimensões que não estritamente a cultura política. Como a presente pesquisa pretende assinalar a possível relação entre os conceitos de democracia inercial e nostalgia da ditadura, a análise estará centrada nos aspectos pertinentes à cultura política, com enfoque nos valores partilhados pelas sociedades dos casos em tela. Nesse sentido, a dimensão que será perscrutada será a terceira, que o autor chama de dimensão de desconfiança política. Um dos pilares vinculados a essa dimensão – que o autor coloca como primeiro pilar da democracia inercial – é a desconfiança nos partidos políticos, sobre a qual Baquero (2018, p. 117 e 118) afirma que:

Os enclaves autoritários que se mantiveram no processo de democratização tornaram difícil a construção de organizações partidárias fortes[...]. A constituição dos partidos latino-americanos, portanto, enfrenta uma situação onde, embora identidades tradicionais com base em critérios subjetivos tenham sido reduzidas, essas identidades não desapareceram completamente, tornando difícil afirmar que essa Região vive um período pós-moderno. [...] O que se constata nas sociedades latino-americanas, cujas características são de natureza híbrida, é que as normas e padrões do (neo)patrimonialismo coexistem com instituições racionais-legais.

A fim de compreender o fenômeno da democracia inercial no Brasil e no Chile, há que se considerar seus respectivos passados históricos e seus processos de democratização. Nesse sentido, a presente pesquisa mobiliza o conceito de nostalgia da ditadura elaborado por Castro (1996) a fim de compreender se este ajuda a explicar a democracia inercial observada nesses países. A nostalgia da ditadura se refere ao sentimento existente na população de idealização do período militar, carregando consigo traços autoritários da cultura política – mesmo em grupos de pessoas mais jovens, que não viveram durante tal regime. O autoritarismo trabalhado no capítulo anterior (Fernandes, 1976; Schwartzman, 2007), portanto, ajuda a entender o conceito; bem como a presença contundente do Estado – com ênfase nas práticas clientelistas, personalistas e patrimonialistas que perduram na cultura política.

Embora o primeiro Índice de Nostalgia da Ditadura (IND) tenha sido formulado por Castro em 1996, houve a atualização do índice por Bittencourt (2020), que explorou as variáveis referentes ao sistema político (Q235-Q240) do WVS. A opção pelo termo “nostalgia” se deve pois, diferentemente da palavra “saudade”, “implica um sentimento difuso de perda, mas que não necessariamente se converte em ação” (Castro, 2014, p. 112). Considerando o caráter de teoria de médio alcance que o conceito de nostalgia da ditadura se encontra, Bittencourt (2020) aplicou o IND para entender o voto no então candidato do pleito brasileiro de 2018, Jair Bolsonaro. Visando atingir seus objetivos, a autora mobilizou uma discussão teórica a respeito da socialização política. Nesse sentido, considerou a abordagem de Almond e Verba (1989), na qual os autores entendem a internalização de normas e valores políticos pelo indivíduo, bem como a sua transmissão, como uma forma de socialização em si; agregou também a compreensão de Baquero (1997) de que as experiências também compõem essa socialização do indivíduo – e a partir delas se conformam suas crenças e seu processo de tornar-se ator social (Bittencourt, 2020). Por fim, a autora considerou as contribuições de Wasburn e Adkins-Covert (2017), cuja concepção será explanada em seguida.

Para Wasburn e Adkins-Covert (2017), não há um paradigma predominante sobre os estudos de socialização. Desse modo, os autores propõem o *Life Course Model*, apropriando-se da contribuição dos paradigmas anteriores, que seriam: (i) *Persistence Perspective*, (ii) *Lifetime Openness Perspective*, (iii) *Impressionable Years Perspective* e (iv) *Life Cycle Perspective*. Para o primeiro (i), a maioria das orientações dos indivíduos são formadas e fundamentadas no início da adolescência, de forma que mudanças posteriores não abalariam o cerne de tais orientações. Os primeiros espaços de socialização, como a família e a escola, seriam essenciais nesse processo, formando uma base estável capaz de estabelecer um vínculo

bem enraizado com o sistema político – importante para manter a sociedade coesa em tempos de guerra e crise (Wasburn; Adkins-Covert, 2017).

Por outro lado, o paradigma do (ii) *Lifetime Openness Perspective* não considera os estágios da vida do indivíduo como determinante, mas sim os espaços e papéis sociais experimentados por esse indivíduo. Já o terceiro (iii), contemplou os efeitos de eventos dramáticos em determinadas coortes, em especial no que se refere a pessoas em adolescência tardia e início da vida adulta. Enquanto o quarto (iv) paradigma considera que o indivíduo desenvolve diferentes preocupações e motivações políticas de acordo com o estágio da vida e as circunstâncias que o marcam⁸. No que concerne às influências de contextos históricos, a proposta de Wasburn e Adkins-Covert (2017) – o *Life Course Model* ou, em português, o Modelo do Curso da Vida –, portanto, contempla os seguintes elementos: efeitos do período, reações diversas a eventos políticos e efeitos de coortes. Nesse sentido, entendem que em todos os estágios da vida são estabelecidas relações complexas por meio dos agentes de socialização e suas implicações podem afetar indivíduos e grupos e seus impactos são dimensionados de acordo com as circunstâncias, bem como de acordo com o sistemas de crenças nos quais cada geração se insere (Wasburn; Adkins-Covert, 2017).

Considerando esse aporte teórico, bem como a formulação original de Nostalgia da Ditadura, Bittencourt (2020) propôs um novo conjunto de variáveis para operacionalizar o conceito, apresentada no quadro II:

Quadro II – Índice de Nostalgia da Ditadura por Bittencourt

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? (leia e assinale uma resposta para cada item)				
	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
Q237. Ter um governo militar.	1	2	3	4
Q238. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4
Q239. Ter um sistema governado por leis religiosas em que não há partidos ou eleições.	1	2	3	4

⁸ Pensando na política estadunidense, os autores exemplificam a diferença entre pessoas aposentadas da faixa etária de 55 a 75 anos daquelas com mais 75 anos. No primeiro grupo existia uma preocupação primária com segurança, enquanto no segundo se priorizava temas relacionados à saúde – nesses casos as condições de estabilidade, saúde e mobilidade tinham efeitos importantes sobre os dois grupos (Wasburn; Adkins-Covert, 2017).

Fonte: Bittencourt, 2020, p. 32.

A compreensão sobre essas diferentes teorias da socialização, em especial como foram reformuladas no Modelo do Curso da Vida contribuem para a interpretação da teoria de médio alcance da nostalgia da ditadura. Afinal, a articulação desses conceitos da Cultura Política por Bittencourt (2020) permite o entendimento de que a forma como os valores são transmitidos afeta a compreensão do indivíduo sobre o seu sistema político, bem como o passado que o precede. No Brasil e no Chile, em razão da democracia inercial, tal socialização implica a difusão de valores incompatíveis com a democracia. A exaltação e idealização do passado pode estar associada ao desencanto com a não resolução dos problemas identificados na democracia presente e com o fortalecimento de valores vinculados a preferência pela presença de um líder forte que prescindir do congresso, pela prevalência de tecnocratas e de sistemas de hierarquia bem estabelecidos (Castro, 2014; Bittencourt, 2020). Advém daí a importância de compreender a nostalgia inserida no processo mais amplo de socialização para operacionalizar o conceito.

3.2 Operacionalização de Conceitos

As motivações para a realização de um estudo comparado entre Brasil e Chile estão ligadas ao compartilhamento de valores referentes à doutrina de segurança nacional durante as ditaduras militares nesses países. Além disso, Baquero (2018) identificou na região da América Latina a existência de democracias inerciais, de modo que esta pesquisa pretende identificar se a nostalgia da ditadura afeta a democracia nesses países e ajuda a explicar sua característica inercial. Partiu-se, portanto, da premissa de que existem democracias inerciais nesses países, tais como apontadas por Baquero (2018). A fim de aportar um panorama sobre a situação dessas democracias, será realizada uma análise descritiva das variáveis vinculadas à desconfiança presentes na Pesquisa Mundial de Valores (WVS, na sigla em inglês), do tipo *survey*.

A fim de se valer dos conceitos apontados, o presente trabalho irá utilizar os dados sobre sistema político (Q235-Q238)⁹ do WVS para aplicar o Índice de Nostalgia da Ditadura (IND), formulado por Bittencourt (2020), em seis diferentes faixas etárias, codificadas pelo próprio WVS, no Brasil e no Chile. As faixas etárias codificadas pelo WVS e que serão utilizadas são as seguintes: faixa 1 (16-24); faixa 2 (25-34); faixa 3 (35-44); faixa 4 (45-54); faixa 5 (55-64)

9 As variáveis são referidas como Q235 a Q238 na Onda 7 (2017-2022) do WVS.

e faixa 6 (65<)¹⁰. A partir da análise descritiva das variáveis sobre desconfiança política e a análise do IND, pretende-se: (i) avaliar se os dois países apresentam uma cultura política similar nas três ondas do WVS; (ii) compreender o IND para cada grupo etário e verificar se há uma relação entre faixas etárias e IND; e, em decorrência, (iii) averiguar a socialização da nostalgia da ditadura. Espera-se, assim, atender ao objetivo específico dessa pesquisa que é dimensionar a nostalgia da ditadura nos dois casos analisados.

Em Bittencourt (2020), o IND acompanha os valores estabelecidos pela escala do próprio WVS. Ou seja, para a seguinte afirmação (Q235): “Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores com eleições”, os entrevistados deveriam responder se a consideravam (1) ótima, (2) bom, (3) ruim ou (4) péssimo. Tal ordenamento se repete no índice elaborado por Bittencourt (2020), de modo que quanto mais os valores se aproximam de 1 – em outras palavras, quanto mais as pessoas apresentam valores de caráter autoritário –, maior a nostalgia da ditadura. Visando tornar o índice mais intuitivo, neste trabalho os valores serão invertidos de modo que quanto mais os valores do índice se aproximam de 4, maior a nostalgia da ditadura. Em razão das adaptações realizadas, o índice foi alterado para se adequar aos termos da nostalgia e não do questionário, de modo que foi caracterizado como níveis “baixo”, “médio”, “elevado” e “muito elevado” em relação à nostalgia da ditadura, que podem ser observados no quadro III:

Quadro III – Índice de Nostalgia da Ditadura Adaptado

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?				
Nível de Nostalgia da Ditadura	Baixo	Médio	Elevado	Muito elevado
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
Q237. Ter um governo militar.	1	2	3	4

10 A fim de facilitar a visualização dos resultados obtidos, as faixas etárias também foram sintetizadas em três: faixa 1 (16 a 29 anos), faixa 2 (30 a 49 anos) e faixa 3 (acima de 50 anos). Quando esse recurso foi utilizado no texto, ele foi evidenciado e sinalizado com um parênteses contendo as idades que caracterizam cada faixa etária.

Q238. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4
--	---	---	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Castro (1996) e Bittencourt (2020).

Da mesma forma feita por Bittencourt (2020), os valores para a variável Q238 também foram alterados para se adaptarem ao índice de nostalgia. Assim, as pessoas que indicaram que seria ótimo ter um sistema político democrático foram classificadas como 1, distanciando-se dos níveis mais altos referentes à nostalgia – caracterizada pelo autoritarismo e pelo compartilhamento de valores antidemocráticos.

Em razão dos aportes teóricos da pesquisa, a Q239, presente no índice de Bittencourt (2020), foi descartada pois se refere a lideranças religiosas e, embora seja pertinente para a compreensão de apreço à hierarquia na sociedade e a difusão de valores cristãos, não estabelece um vínculo direto com a compreensão do autoritarismo advindo da ditadura no sentido estabelecido para a presente pesquisa. Ainda que os militares advogassem a defesa de valores cristãos e ocidentais, tanto no Brasil quanto no Chile, o papel da religião na política não caracterizava de forma determinante a política no período da ditadura. Além disso, considerando que os valores defendidos eram cristãos, cabe pontuar também a ambiguidade da atuação da Igreja católica, sendo que alguns grupos, como os adeptos à Teologia da Libertação, defendiam e protegiam os cidadãos considerados subversivos¹¹. Por esses motivos, a Q239 foi excluída neste estudo.

Ainda que o índice seja bastante pertinente para tal finalidade, é possível aprimorá-lo valendo-se das variáveis da própria base de dados do WVS. São elas:

Quadro IV – Variáveis Suplementares para IND

Variáveis - Código Onda 7	Assunto visado	Título em inglês
Q4	Importância na vida: Política	<i>Important in life: Politics</i>
Q199	Interesse em política	<i>Interest in politics</i>

Fonte: Elaboração própria.

As questões referentes ao interesse e à importância da política, aqui agregadas na Q4 e Q199, presentes no quadro IV, são fundamentais para se pensar nos reflexos do período ditatorial nos países da América Latina, uma vez que os governos então vigentes reforçaram a posição do cidadão como espectador da política e, assim, não deveriam se envolver ativamente

¹¹ A fim de ilustrar, é possível citar como exemplo o missionário José Comblin que desenvolveu teoricamente a teologia da libertação e estudou a doutrina de segurança nacional, produzindo o livro “A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina”, em 1978.

no jogo político. Esse sentimento de apatia em relação à política, em que o cidadão se torna espectador, foi estimulado nos dois países aqui estudados e devem ser considerados a fim de se pensar na situação democrática na contemporaneidade (Moulian, 2002; Baquero, 2018). O sentimento de nostalgia, por sua vez, também está bastante ligado à inação, de tal maneira que a não resolução de problemas sociais se converte em descrédito pelo próprio sistema democrático (Castro, 2014). Por esse motivo, foram consideradas as Q4 e Q199 como suplementares para o IND, como se observa no quadro V:

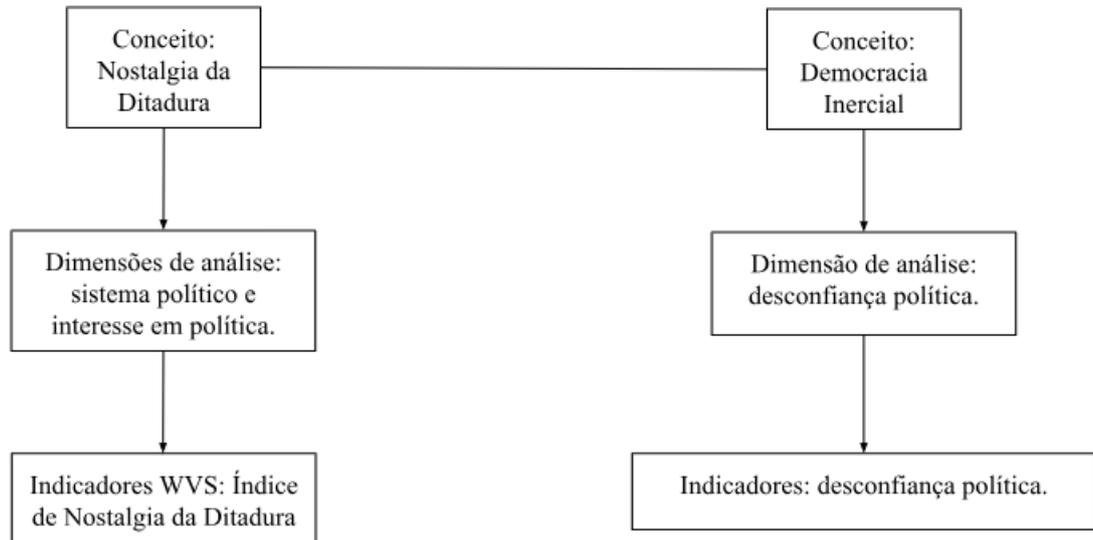
Quadro V – Índice de Nostalgia da Ditadura com Variáveis Suplementares

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?				
Nível de Nostalgia da Ditadura	Baixo	Médio	Elevado	Muito elevado
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
Q237. Ter um governo militar.	1	2	3	4
Q238. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4
Q199. Interesse em política	1	2	3	4
Q4. Importância na vida: Política	1	2	3	4

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma que a Q238, as variáveis Q4 e Q199 também foram adaptadas para os valores referentes à nostalgia da ditadura. Nesse sentido, as pessoas que consideraram a política muito importante, bem como as que mostraram alto interesse em política foram classificadas como 1, ou seja, mais distantes do sentimento de nostalgia. Considerando essas adaptações e os objetivos aos quais essa pesquisa se propõe, o mapa conceitual da pesquisa se configura, portanto, da seguinte forma, indicada no quadro VI:

Quadro VI – Mapa Conceitual



Fonte: Elaboração própria.

Como apontado anteriormente, os casos estudados são do Brasil e do Chile. Sendo assim, o que se busca é compreender se a relação entre os dois conceitos ocorre e se é válida para as populações desses dois países. Em outras palavras, é verificada a validade interna de tal relação para o Brasil e o Chile. Assim, a pesquisa se vale do conhecimento histórico pertinente aos respectivos processos de transição para a democracia ocorridos nos dois casos visando estabelecer a plausibilidade do argumento que sustenta a pesquisa – ou seja, de que há uma relação entre os dois conceitos apresentados. Compartilha-se, portanto, do entendimento que “a qualidade da pesquisa quantitativa depende diretamente da proximidade do seu diálogo com o conhecimento histórico” (Kreuzer, 2010, p. 383, tradução própria); assim, a próxima seção está voltada a apresentar os estudos de caso. O enfoque da análise está na visão das pessoas acerca de seu sistema político e, por tal motivo, uma abordagem quantitativa sobre a base de dados do WVS foi pertinente para os objetivos da pesquisa.

3.3 Casos: Brasil e Chile

O Brasil e o Chile são países de proporções geográficas bastante diferentes, como se vê na tabela I a seguir:

Tabela I – Características Demográficas: Brasil e Chile

Indicadores	Brasil	Chile
Área territorial	8.510.417,771 km ²	756.700 km ²
Nº de municípios	5.570 municípios	346 comunas
População	203.062.512	19.603.733

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2023).

Quanto aos indicadores econômicos referentes a gastos públicos, observa-se que há alguma aproximação, sendo que o Brasil investe 4,62% do seu PIB em saúde e 5,96% em educação, enquanto o Chile investe, respectivamente, 5,17% e 5,62% do seu PIB¹² – contudo, há uma grande disparidade no que se refere ao total do PIB em cada um dos países. Outro ponto que merece ser considerado é o índice de desenvolvimento humano (IDH), que o Brasil corresponde a 0,754 e o Chile, 0,855, de modo que se distanciam nesse *ranking* (IBGE, 2023). Ainda que estejam afastados em tais aspectos, quando se trata de formação sociopolítica existem elementos centrais que configuram esses países em uma mesma região não apenas em seu sentido geográfico, mas que compartilham de determinados valores que podem auxiliar a compreensão quanto a suas tendências políticas e seu passado comum partilhado – especialmente no que concerne os anos ditatoriais.

Embora o Chile do início do século XX tivesse uma tradição democrática mais perene que a do Brasil e possuísse um histórico reformas sociais que datavam de 1920, persistia a concentração de terras e uma elite agrária bem estabelecida. A desigualdade latente somada ao processo do êxodo rural fez que as propostas consideradas ousadas de Salvador Allende ressoassem na sociedade e garantisse sua eleição em 1973. Isso implicou também o confronto com o capital nacional e internacional de natureza anticomunista que impôs uma contrarrevolução carente de sentido, que se prendia à pauta anticomunista como seu único norte (Winn, 2010; Sigmund, 1993). Alguns anos antes, em 1964, havia sido imposto no Brasil um golpe militar e seu fundamento era a doutrina de segurança nacional¹³, cujo cerne anticomunista permeava as tendências históricas de autoritarismo no país e garantia uma “representação globalizante da situação vivida”, fortalecendo um imaginário comum a partir da lógica de nós *versus* eles (Rodeghero, 2007, p. 21). Sendo assim, ambos os países vivenciaram longas e

12 É importante considerar que o PIB brasileiro equivalia a 1.920.095.560.995,06 US\$ em 2022 e o chileno, 301.025.249.437,95 US\$ (IBGE, 2023).

13 Esses países adotaram a doutrina de segurança nacional, a qual era parte da estratégia norte-americana de incumbir aos seus parceiros o dever de conter a ameaça comunista dentro de suas fronteiras nacionais; aos EUA caberia a dissuasão nuclear (Pecequilo, 2011).

violentas ditaduras e passaram por um processo de redemocratização ao final da década de 1980, concomitantemente às mudanças que eram também observadas no sistema internacional – como o enfraquecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da bipolaridade. Os países do Cone Sul implementaram políticas de justiça e transição, como se vê no quadro VII:

Quadro VII – Políticas de Justiça e Transição

<i>Instrumentos</i>	<i>ARGENTINA</i>	<i>BRASIL</i>	<i>CHILE</i>	<i>URUGUAI</i>
<i>Comissões da Verdade</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Julgamentos de agentes e oficiais</i>	Sim	Não	Sim	Sim
<i>Leis de Impunidade e/ou Anistia</i>	Sim (revogada)	Sim	Sim	Sim
<i>Reparações econômicas e simbólicas</i>	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Afastamentos de agentes e oficiais militares</i>	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Da Costa e González, 2019, p. 133.

Como se observa no quadro VII, de da Costa e González (2019), houve a implementação de políticas¹⁴ similares no Brasil e no Chile, com exceção do julgamento de agentes e oficiais. Em termos de julgamento e punição, o Chile foi o segundo país¹⁵ com mais condenações na década de 2010 – naquele momento somavam 204 condenações de pessoas envolvidas em crimes perpetrados durante a ditadura, das quais 59 cumpriam a pena em prisão. Esse cenário demonstrou um ponto de inflexão na justiça de transição no Chile; afinal, a Suprema Corte vigente na ditadura e na redemocratização estava alinhada a Pinochet, o que dificultava a execução de tribunais. Essa fidelidade a Pinochet se manteve mesmo com a mudança de regime e de governo, porém, com o tempo e com reformas no sistema jurídico, foi adquirindo independência do governo da ditadura (Skaar, 2011).

Sendo assim, o evento de prisão de Pinochet – impulsionada inicialmente pelo processo do juiz espanhol, Baltasar Garzón Real, em 1998 – funcionou como um efeito catalisador de iniciativas em prol da justiça de transição, já latentes na sociedade (Skaar, 2011). O juiz levou Pinochet à justiça por crimes cometidos sob o marco da Operação Condor. Quando da morte de

14 Para O'Donnell e Schmitter (2013), existem três etapas principais ao longo das transições de regimes autoritários: o momento militar, o político e o econômico. Esses chamados momentos são inspirados na expressão gramsciana e correspondem a diferentes pactos negociados entre grupos distintos a respeito de determinados conjuntos de regras. Apesar de serem denominadas como etapas distintas, O'Donnell e Schmitter (2013) consideram que frequentemente esses momentos se sobrepõem e se confundem. Embora essas fases não sejam claramente definidas, tal sistematização é relevante pois permite que os processos de transição sejam estudados para além da redemocratização em si.

15 Superado pela Argentina.

Pinochet, com o processo ainda inconcluso, Skaar (2011) apontou que Pinochet havia sido desacreditado por seus defensores mais leais, não em razão dos crimes contra os direitos humanos, mas sim pelos de fraude financeira. De todo modo, este foi um evento que ensejou a mobilização voltada para as políticas de justiça de transição, memória e verdade naquele período (Boel; Canavaggio; Quintana, 2022).

Entre a publicação da Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación de Chile, mais conhecida como Informe Rettig, em 1991, e o ano de 1998, o clima geral da política chilena para políticas de reparação era, sobretudo, de silêncio. Para Moulian (2002), esse é o período de *blanqueo* no Chile, em que, durante a transição para a democracia no país, o silêncio se tornou o preço a ser pago pela estabilidade política e econômica do país, consolidando uma tática de apaziguamento calcada no medo. Segundo o autor, essa estratégia de bloquear a memória garantindo o silêncio foi impulsionada pela elite tomadora de decisões, “movida por um realismo frio e soberbo, carente de remorso porque dizia interpretar o ‘bem comum’, a necessidade do Chile” (Moulian, 2002, p. 38 e 39). Após a abertura do processo contra Pinochet, aumentou a pressão social para que houvesse novas respostas por parte do governo referentes aos desaparecimentos e prisões políticas. Ainda assim, a transição democrática chilena, de forma similar à brasileira, pode ser interpretada como incompleta, em razão da sobrevivência de enclaves autoritários. Por enclaves autoritários entende-se a persistência de elementos oriundos do regime militar precedente, sejam eles institucionais (normativos, constitucionais e legislativos), ético-simbólicos ou referentes a sujeitos políticos (Garretón et al, 2011).

No Brasil o processo de transição seguiu um modelo conciliatório, foi uma transição pactuada. Motta (2009) assinala que essa tendência esteve presente em vários momentos da história brasileira: desde a independência liderada por um príncipe português até a anistia na transição pós-autoritária. Especialmente no caso da ditadura, mesmo após a divulgação dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a narrativa oficial buscou acomodar diferentes interesses, sendo que as políticas de memória e reparação foram constantemente negociadas, na busca de evitar revanchismos. O momento em que a CNV foi criada também demonstra esse intento tardio. Ao passo que o Informe Rettig foi criado em 1990 e encerrado em 1991, a CNV brasileira foi criada em maio de 2012 e encerrada em 2014 (Brasil, 2023). Um episódio que marcou essa negociação visando evitar o revanchismo foi o congelamento do projeto de lei que previa mudanças na interpretação da Lei de Anistia, de autoria da deputada Luiza Erundina, a fim de punir agentes do Estado responsáveis pelas violações. O objetivo desse congelamento foi justamente evitar conflitos com as Forças Armadas, que estavam apenas tolerando a criação da CNV (Silva, 2021).

apresentado seu primeiro informe em 1991, houve uma intensificação dessas políticas após o processo contra Pinochet, em 1998 (Skaar, 2011). Quanto ao Brasil, o debate a respeito das violações da ditadura se intensificou após a criação da CNV, em 2012, provocando o fenômeno de difusão de comissões subnacionais (Hollanda; Israel, 2019). No Brasil, além de ter sido comprovada a presença da tortura de maneira sistêmica e institucionalizada durante a ditadura, processos emblemáticos ecoaram como componentes da luta transnacional pela defesa dos direitos humanos (Bernardi et al, 2021). Como exemplo, os casos Herzog e Gomes Lund foram duas condenações relevantes feitas no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que atrelaram o país à jurisprudência desenvolvida na corte. Isso demonstra que, mesmo que tardiamente, os dois países dispuseram de mecanismos institucionais para tratar do tema. E, mais do que isso, as políticas implementadas surtiram efeitos nacional e internacionalmente.

Porém, à luz da Cultura Política, como destacaram Da Costa e González (2019, p. 126), “pensar a consolidação democrática na América Latina também é pensar em como os valores, expectativas e comportamentos se constituíram e se (re)produziram”. Ou seja, o marco de mudança institucional não significa que antigos comportamentos, valores e atitudes tenham se extinguido. Nesse sentido, os autores ressaltam alguns pontos fundamentais que distinguem o caso brasileiro de outros países, como o Chile, no processo de transição, são eles:

Enquanto logo na retomada da democracia foram adotadas medidas para lidar com as consequências do autoritarismo de uma perspectiva mais ampla e coletiva na Argentina, Chile e Uruguai, no Brasil a iniciativa central tratou da questão de modo individualizado, como algo relacionado majoritariamente às vítimas diretas do período, e não como uma questão envolvendo toda a sociedade. Além disso, na Argentina e Uruguai os membros dos governos militares foram totalmente deslegitimados, enquanto no Brasil e no Chile parte do Ancien Régime manteve seu poder e interferiu diretamente no processo político. Pinochet permaneceu como senador vitalício até ser declarado inválido. Mais de trinta anos depois do fim do regime os militares brasileiros recusam-se a fornecer informações sobre os mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia (Da Costa; González, 2019, p. 136).

O processo individualizado ao qual os autores fazem referência colocam a pauta da justiça de transição não como concernente à sociedade, mas sim aos atores diretamente envolvidos. Os torturadores são colocados na posição de exceção, seriam pessoas naturalmente perversas sobre as quais deveria recair a responsabilidade sobre as violações durante a ditadura, suprimindo a responsabilidade do Estado e mesmo da sociedade (Gaspari, 2015; Simon, 2021). Em decorrência, exclui-se uma visão acerca da sistematização da opressão e da violência empregadas no período. Além de corroborar para uma perspectiva de distanciamento da

sociedade em relação ao seu passado, fortalece o papel do indivíduo como mero espectador da política (Baquero, 2018).

Quando se pensa no caso chileno, algo parecido havia ocorrido antes da ditadura, havia sido consolidado o mito do Chile como bastião da democracia. Essa ideia foi criticada por Moulian (2002), que entendia que tal mito havia sido baseado em um consenso nacional forjado que prescindia da história e era regido por uma ideologia apolítica e tecnocrática. Ainda nos anos 1990, Ganter Solís e Cortés (2020) indicam que o mal-estar político latente na sociedade não se expressava, era contido e difuso. Contudo, para os autores, no período recente esse mal-estar não apenas se expressa em protestos e em movimentos sociais, como também é coletivo e transversal (Ganter Solís; Cortés, 2020). Tal mal-estar teria em seu cerne a desigualdade social e a concentração de poder, uma vez que predomina a desconfiança nas instituições – ainda que o desenvolvimento econômico do Chile seja proeminente na região – (Ganter Solís; Cortés, 2020); esses elementos configuram também as características da democracia inercial descrita por Baquero (2018).

Em comum, portanto, tanto Brasil e Chile viveram períodos de ditaduras militares, em que a doutrina de segurança nacional era norteadora do governo militar vigente, adversários políticos foram perseguidos e subjugados pela força – frequentemente violenta. Ainda assim, pode-se dizer que as ditaduras se exerceram de forma distinta em cada país. A repressão, a censura e o uso de técnicas de tortura foram empregados no Brasil e no Chile, porém no Brasil predominava um processo mais seletivo e silencioso de extermínio de inimigos internos. Ademais, houve, em ambos, transições para a democracia. Estas, porém, foram conduzidas de formas diferentes, como foi exposto anteriormente. Segundo Castro (2014, p. 86), ao tratar dos casos da Argentina, Brasil e Chile:

As ditaduras militares tiveram posturas distintas nos três países. Na Argentina e no Chile, houve um massacre permanente dos opositores do regime, com o saldo de milhares de mortos e desaparecidos. No Brasil, mesmo com uma ditadura muito dura, os assassinatos foram mais seletivos, com a escolha precisa de quem o regime tinha interesse em eliminar. Já durante o período de fim das ditaduras militares, novamente se verificam diferentes processos de transição, com uma ruptura violenta na Argentina e uma transição negociada no Brasil. Se não se pode construir uma ligação direta entre as diferentes posturas dos governos militares e as transições, pode-se buscar na matriz formadora da cultura política de cada país uma explicação para ambos os processos.

Considerando que esta dissertação visa compreender se a nostalgia da ditadura ajuda a explicar a democracia inercial para os casos em tela, cabe assinalar alguns pontos principais elencados ao longo desta seção: (i) ambos os países apresentam em sua formação sociopolítica a presença de governos autoritários regidos pela doutrina de segurança nacional; (ii) os

governos militares estimularam o distanciamento do cidadão em relação à política; (iii) a justiça de transição no Brasil foi sobretudo individualizada, caso a caso, e conciliatória a fim de evitar revanchismos, enquanto no Chile houve, depois do processo contra Pinochet, o envolvimento da sociedade e a punição de agentes; e (iv) persiste nos dois países a desconfiança da sociedade perante as instituições políticas como mote de protestos e movimentos sociais. Esses elementos permitem um panorama sobre o quadro social e político mais amplo que contempla os dois países. A fim de perscrutar como os conceitos se relacionam para esses casos, faz-se necessário operacionalizá-los e interpretá-los à luz dos aportes teóricos apresentados e de seus respectivos contextos históricos e conjunturas – abordados nesta seção. Sendo assim, em sequência, o Capítulo 3 se destina à análise quantitativa dos dados obtidos da base do WVS por meio da aplicação do índice de nostalgia da ditadura (IND).

4 **DEMOCRACIA INERCIAL, NOSTALGIA DA DITADURA E CULTURA POLÍTICA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA**

A análise sobre nostalgia da ditadura, conforme foi explanado no capítulo anterior, pautou-se no índice atualizado; enquanto para a dimensão de desconfiança política, concernente ao conceito de democracia inercial, foi realizada uma análise descritiva dos dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS). Essas escolhas foram feitas em razão dos objetivos de análise da pesquisa para cada uma das dimensões. A fim de explicá-las, cabe apresentar o pensamento de Babbie (1999), para quem a pesquisa do tipo *survey* pode ser abordada da seguinte maneira: os desenhos destinados a promover a explicação de fenômenos dariam prioridade a uma análise multivariada em *surveys*, enquanto os estudos exploratórios promoveriam maior liberdade ao pesquisador para conhecer o seu objeto. Considerando, portanto, que tais pesquisas não se prestam a uma única finalidade e daí a importância de saber identificá-las para traçar um caminho metodológico adequado, foram realizadas análises distintas sobre as duas dimensões em foco. A opção pela análise descritiva da democracia inercial foi feita pois partiu-se da premissa que já foram identificadas democracias desse tipo nos países da América Latina (Baquero, 2018) e a análise descritiva, assim, cumpriria o propósito de delinear sua situação atual – tendo caráter exploratório. Em razão de se buscar o potencial explicativo da nostalgia da ditadura, esta será analisada a partir de seu índice reformulado e atualizado.

As análises usaram como base de dados o WVS, sendo assim serão apresentadas algumas das características dessa base de dados. Ambas as amostras do WVS analisadas, do Brasil e do Chile, são baseadas no censo nacional. No caso brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza uma lista de todos os setores censitários, incluindo áreas urbanas e rurais, e seu respectivo número de residentes. De forma similar, no Chile a seleção de unidades de amostragem primária é baseada em subdistritos censitários, portanto o território é mapeado para que sejam identificadas residências e depois as casas são selecionadas aleatoriamente. Sucintamente, o desenho amostral para cada onda, nos dois países, seguiu a estrutura do exemplo a seguir:

O primeiro estágio é o sorteio de 150 setores censitários, o que representou 100% do total de setores censitários do país, incluindo as zonas urbana e rural. O segundo estágio é o sorteio de domicílios particulares permanentes em cada setor censitário, a partir de critérios estabelecidos de localização dentro do setor censitário. A partir da descrição do setor, é estabelecido um ponto de partida (uma rua, avenida, etc.), é

sorteado um número entre 1 e 100 para iniciar a procura pelos domicílios e, como o número sorteado provavelmente não existe, o entrevistador deverá procurar o próximo maior que número sorteado. A partir daí, deve procurar por 10 domicílios. Caso algum endereço seja de um prédio residencial, apenas um domicílio deve ser incluído naquele endereço. O terceiro estágio é o sorteio da pessoa a ser entrevistada no domicílio. Estabeleceu-se que será entrevistada a pessoa que será a próxima a aniversariar a partir da data da primeira visita bem sucedida do entrevistador (WVS, 2014).

As amostras do WVS são representativas da população, permitindo inferências a respeito da cultura política da sociedade. Conforme lembra Groves (2004), quando trabalhamos com conceitos, estamos trabalhando com construtos abstratos que são aferidos por meio de “medidas”. No caso de pesquisas na área das Ciências Sociais, frequentemente tais medidas nada mais são do que construções frasais e, por esse motivo, o desafio das *surveys* é que essas frases sejam capazes de refletir o construtos visados (Groves, 2004). Portanto, as variáveis selecionadas do questionário do WVS foram aquelas que mais se aproximaram do conceito de nostalgia da ditadura, conforme elaborado por Castro (1996; 2014)¹⁶. Considera-se que:

[...] existem conceitos teóricos que, dada a sua complexidade, não podem ser verificados empiricamente com o uso de perguntas isoladas. Isso, no entanto, não implica a impossibilidade do seu estudo empírico em pesquisas tipo survey. Para tanto, devem ser utilizados recursos estatísticos de redução de dados, ou seja, que permitam que uma série de variáveis que sejam teoricamente relacionadas possam ser analisadas conjuntamente (Castro, 2014, p. 89).

O Índice da Nostalgia da Ditadura (IND) atualizado por Bittencourt (2020) segue esse preceito e formula uma escala que serve de parâmetro para a pesquisa. Uma das primeiras etapas dessa análise consiste na realização do cálculo do alfa de Cronbach para que sejam incluídas as questões Q4 e Q199 do WVS como suplementares desse índice original. Buscou-se, assim, avaliar a situação da nostalgia nos dois casos visados, Brasil e Chile, examinando também se o índice varia conforme há alteração entre os subgrupos, que para o presente estudo seriam os grupos etários codificados pelo WVS – em seis e três faixas etárias. Retomando, as faixas etárias são as seguintes: faixa 1 (16-24); faixa 2 (25-34); faixa 3 (35-44); faixa 4 (45-54); faixa 5 (55-64) e faixa 6 (65<). A diferença, ou não, entre os grupos possibilita a inferência acerca da socialização dos valores vinculados à Nostalgia da Ditadura.

Cabe apontar que os dados do WVS foram utilizados pois o projeto de pesquisa do WVS apresenta um amplo escopo de tópicos e temáticas, bem como cobre uma grande extensão geográfica – o que torna a base útil para tratar de dois países, como é o caso. Contudo, os dados

16 Contudo, entende-se que há uma distância entre os construtos e as medidas, em razão da imperfeição do processo de mensuração (Groves, 2014).

não foram coletados para atingir os objetivos desta pesquisa, tampouco foram coletados pela autora. O WVS foi fundado por Ronald Inglehart, em 1981, e, inicialmente, serviu aos propósitos da pesquisa do autor (Inglehart et al, 2022; WVS, “Who we are”, 2024). Desse modo, não são dados primários, mas sim, secundários. A amplitude e variedade de temas do WVS contribuem para que a pesquisa acerca da nostalgia da ditadura e democracia inercial sejam realizadas para os casos brasileiro e chileno, em virtude também da acessibilidade da base. Porém, como são dados secundários, a análise da consistência por meio do alfa de Cronbach é fundamental para validá-los em seu uso para finalidades para as quais não foram pensados originalmente.

Outro ponto que merece a consideração se refere à distribuição normal dos dados. Como trata-se aqui da população, a natureza dos dados não possibilita a normalidade, pois envolve a intersubjetividade humana em relação aos comportamentos, atitudes e opiniões das pessoas. Não se espera, portanto, que os dados apresentem normalidade devido à sua natureza. Ademais, os dados ausentes, *missing data*, correspondem às seguintes situações possíveis: o informante não sabia responder, recusou-se ou não respondeu. Como Mirzaei et al (2022) reforçam, não existe uma regra para tratar as *missing data*, as técnicas dependem do tipo de estudo que está sendo realizado, ou seja, quais seus objetivos. Os dados ausentes na pesquisa foram do tipo *item level*, ou seja, estava ausente nas variáveis e não correspondiam a toda a observação que estava sendo analisada. Para atingir os objetivos desta pesquisa, os dados ausentes foram tratados como ausentes. Em outras palavras, não foram considerados, apenas foram consideradas as respostas nas quais as pessoas se posicionaram.

Será realizado um panorama acerca da democracia nos dois países, dando enfoque na dimensão da desconfiança política que é pertinente ao estudo da democracia inercial. Dados os objetivos da pesquisa, não há a pretensão de que seja estabelecida uma relação de causalidade entre nostalgia da ditadura e democracia inercial, mas sim que se busque compreender se há um tipo de relação entre os dois fenômenos e, caso exista, que se possa aventar os tipos de relação possível, bem como a plausibilidade de explicações alternativas. Seria aquilo que De Vaus (2002) considerou como *elaboration analysis*, em que o objetivo é compreender melhor a relação entre duas variáveis para então elaborar o que está por trás da correlação entre elas. Como colocou Castro (2014, p. 89), “em ambos os casos de redução de dados [escala e análise fatorial] (como, aliás, em todos os procedimentos estatísticos), o mais importante não são os resultados numéricos, mas as decisões substantivas do pesquisador”. A análise estatística aqui, portanto, cumpre a função de aportar indícios teoricamente sustentados que permitam o desenvolvimento de explicações para fenômenos sociais e a identificação de padrões. As seções

4.1 e 4.2 terão como principal enfoque apresentar os resultados das análises dos dados do WVS, enquanto a seção 4.3 levanta reflexões a partir das análises realizadas, dialogando com os aportes dispostos nos capítulos anteriores.

4.1 Nostalgia da Ditadura no Brasil e no Chile

Considerando que as ditaduras militares buscaram afastar o cidadão da política – seja por meio da censura, seja pela coerção física e psicológica ou em razão dos espaços limitados para o exercício da política –, o primeiro passo realizado na investigação foi de averiguar a pertinência das questões relacionadas ao interesse na política e importância da política, presentes no WVS, como possíveis adições ao índice de nostalgia da ditadura. Assim, analisou-se o alfa de Cronbach do índice para a inclusão da questão 4, referente à importância da política na vida, e da 199, referente ao interesse em política, da Onda 7 do WVS. Observou-se que, para o Brasil, o alfa de Cronbach teve como resultado 0,526; enquanto para o Chile, 0,563, há uma diferença sutil entre os alfas. Considerando que o construto que se visa medir é complexo e que há sustentação teórica para o uso de tais indicadores, o valor de Cronbach foi considerado aceitável.

Em seguida, foram calculadas as médias das médias para os índices de nostalgia da ditadura (IND), de modo que os valores de cada questão foram adaptados para a escala do índice. Ou seja, quanto mais próximos os valores são de 4, maior é o grau de nostalgia. Ademais, os dados foram separados por faixas etárias a fim de examinar, como se propôs Castro (1996; 2014), se as pessoas mais jovens, que não viveram o período da ditadura, partilham do sentimento de nostalgia.

Os resultados para o Brasil foram os seguintes, referentes à tabela II:

Tabela II – IND por Faixa Etária e Onda (Brasil)

Faixa Etária	Onda 5	Onda 6	Onda 7
FAIXA 1 (16-24)	2,41	2,50	2,54
FAIXA 2 (25-34)	2,38	2,41	2,50
FAIXA 3 (35-44)	2,39	2,51	2,46
FAIXA 4 (45-54)	2,37	2,44	2,59
FAIXA 5 (55-64)	2,39	2,50	2,57
FAIXA 6 (65<)	2,44	2,58	2,64

Fonte: Elaboração própria.

Os índices mais altos se referem à faixa etária de pessoas acima de 65 anos, porém chama a atenção a proximidade das médias, que não chegam a apresentar diferença estatística relevante¹⁷.

Para o Chile, os resultados foram:

Tabela III – IND por Faixa Etária e Onda (Chile)

Faixa Etária	Onda 5	Onda 6	Onda 7
FAIXA 1 (16-24)	2,22	2,22	2,14
FAIXA 2 (25-34)	2,20	2,15	2,22
FAIXA 3 (35-44)	2,30	2,20	2,22
FAIXA 4 (45-54)	2,22	2,19	2,12
FAIXA 5 (55-64)	2,20	2,15	2,16
FAIXA 6 (65<)	2,15	2,15	2,10

Fonte: Elaboração própria.

No Chile, como apresentado na tabela III, os valores mais altos estão presentes nas pessoas de idade adulta, como é verificado na faixa etária 3 para a Onda 5 e 6; porém, na Onda 6, os jovens da faixa etária 1 apresentam valores mais altos de nostalgia. Assim como no Brasil, as diferenças entre as médias também não são significativas.

Como as diferenças entre as médias não foram significativas – ao se realizar o teste t^{18} –, os dados foram simplificados em três faixa etárias – estas também codificadas pelo WVS – para facilitar a visualização, apresentadas na tabela IV:

Tabela IV – Simplificação IND em Três Faixas Etárias (Brasil e Chile)

Faixa Etária	Onda 5		Onda 6		Onda 7	
	Brasil	Chile	Brasil	Chile	Brasil	Chile
FAIXA 1	2,39	2,21	2,46	2,18	2,52	2,18

17 Tanto para o Brasil, como para o Chile, a diferença estatística entre as médias foi verificada pelo teste t. Embora não ocorra a distribuição normal dos dados, as amostras usadas são grandes o suficiente. Desse modo, aproximam-se do que foi previsto pelo Teorema Central do Limite (TCL), segundo o qual, quando as amostras são grandes, as distribuições das médias se aproximam de uma distribuição normal. Por essa razão, foi útil realizá-lo para comparar as médias.

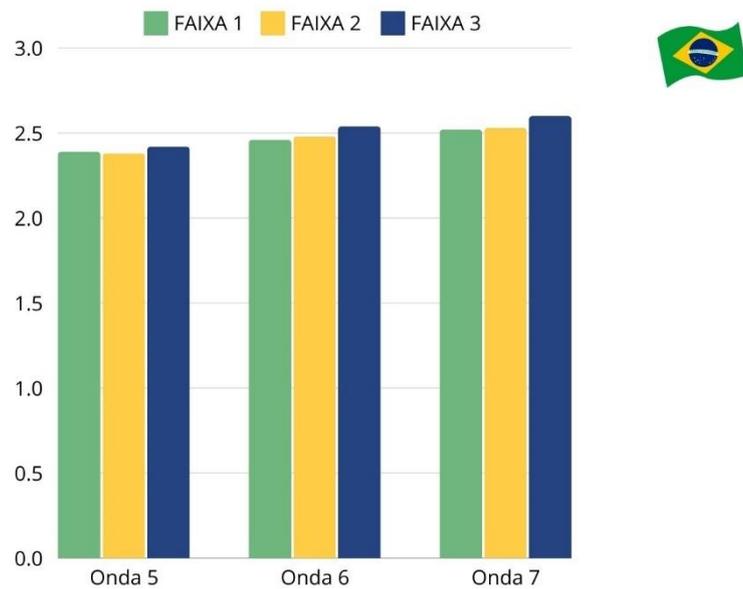
18 O valor do sig, calculado por meio do SPSS, agrupado pelas faixas etárias, foi sempre superior a 0,05. Isso ocorreu tanto nos testes t feitos para o caso do Brasil como do Chile, o que significa que não há diferença entre as médias.

(16-29)						
FAIXA 2 (30-49)	2,38	2,26	2,48	2,20	2,53	2,17
FAIXA 3 (>50)	2,42	2,18	2,54	2,15	2,60	2,13

Fonte: Elaboração própria.

E em gráfico:

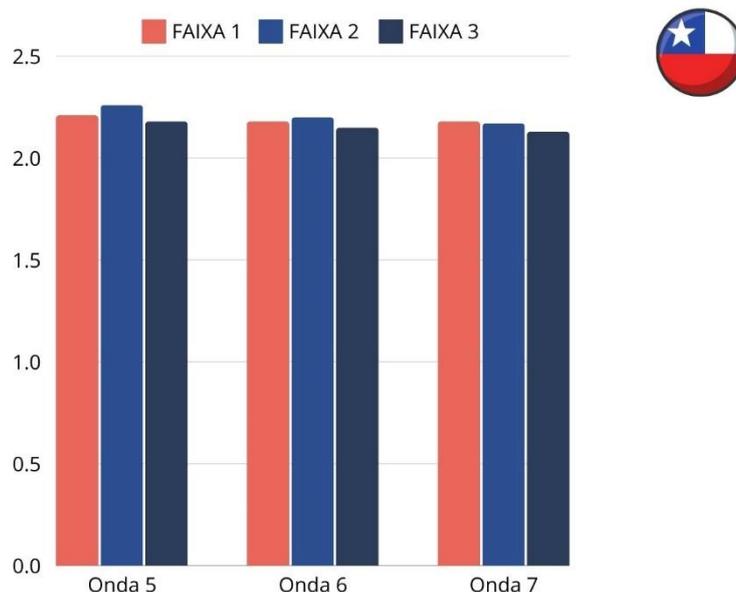
Gráfico I – IND por Três Faixas Etárias (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se no gráfico I que, para o Brasil, na última onda do WVS, houve aumento dos valores do IND quando comparados aos dados mais antigos.

Gráfico II – IND por Três Faixas Etárias (Chile)



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Chile, observa-se no gráfico II que houve uma redução de respostas próximas ao IND para as faixas 2 e 3, contudo os valores se mantiveram praticamente estáveis para a faixa 1. Ainda assim, de forma geral, o Chile apresentou uma tendência contrária à brasileira, cujos valores do IND aumentaram.

Quando se observa apenas os dois extremos, ou seja, a frequência de respostas que equivalem ao valor 1 ou 4, observa-se a presença de muitas respostas que se aproximam da nostalgia da ditadura por parte da população adulta mais jovem, correspondente à segunda faixa etária – dentro da nova codificação em três faixas. Isso pode ser observado nos seguintes gráficos¹⁹ III, IV e V:

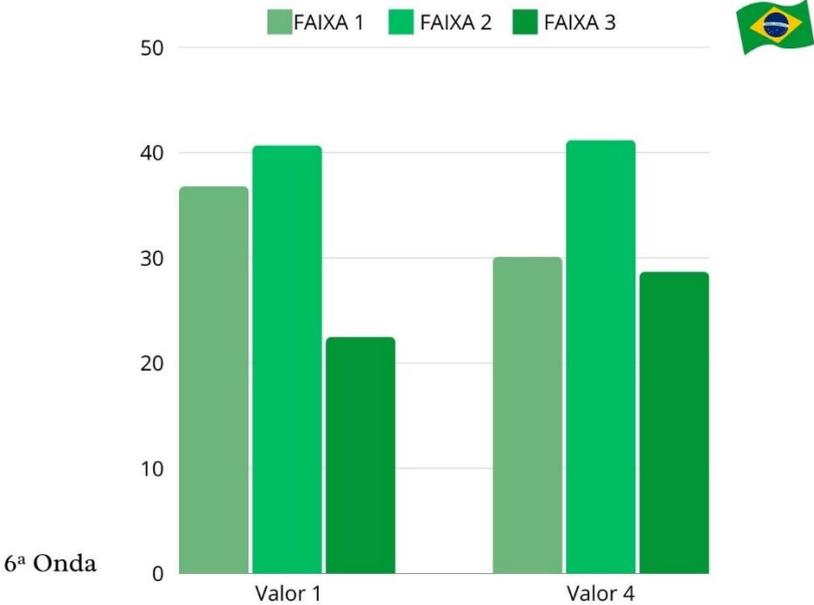
¹⁹ Os gráficos a seguir correspondem à parcela que cada faixa etária representa nos valores 1 e 4. Por exemplo, para o primeiro caso do Brasil na quinta onda, observou-se que 42,75% das respostas de valor 1 eram de pessoas da faixa etária 1 (16 a 29 anos); 39,87% das respostas eram de pessoas na faixa 2 (30 a 49 anos) e 17,37% da faixa etária 3 (acima de 50 anos).

Gráfico III – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 5ª Onda



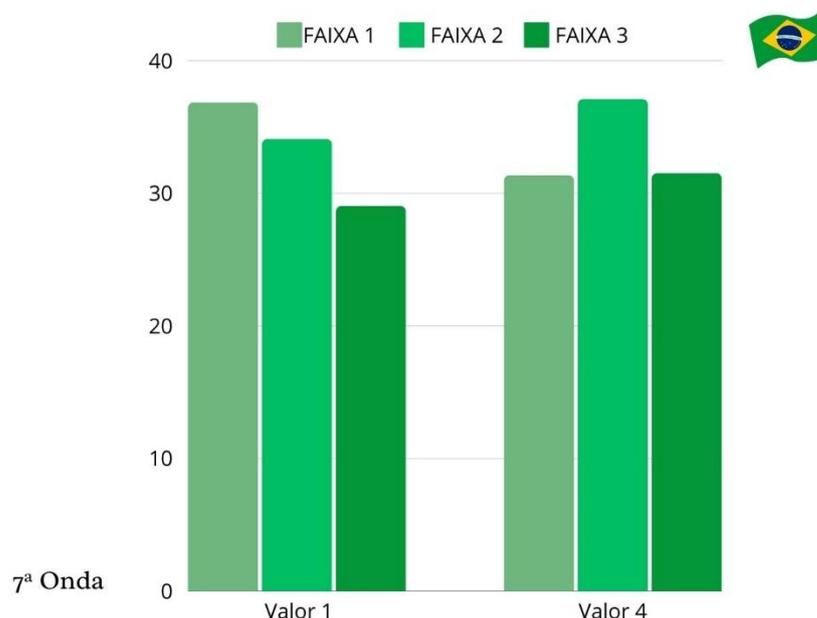
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico IV – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 6ª Onda



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico V – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Brasil) – 7ª Onda



Fonte: Elaboração própria.

Para as respostas associadas ao valor 4, mais próximo da ditadura, observa-se a presença marcante da faixa etária 2 (30 a 49 anos), em todas as ondas. Concomitantemente, há também uma porcentagem elevada da faixa 1 (16 a 29 anos), principalmente na Onda 5 – 39,89% das respostas de valor 4 eram de pessoas nessa faixa etária naquele período. Já para o valor 1, destaca-se o aumento de pessoas da faixa etária 3 na parcela de respostas associadas ao distanciamento da nostalgia da ditadura, representando 29,04% das respostas. Quando se analisa caso a caso, destaca-se o aumento considerável, para todas as faixas etárias, entre a Onda 5 e a 7, de pessoas que responderam que a presença de um governo militar seria ótimo para o sistema político. Houve o aumento também de pessoas que afirmaram não se interessar por política, bem como as que consideraram que política não é importante em suas vidas.

Em relação à consideração da democracia como um regime péssimo, observa-se que não houve mudanças contundentes e que os números permaneceram baixos – demonstrando que, em geral, as pessoas defendem a democracia. Por fim, houve queda no número de pessoas que entenderam como ótima a presença de líderes fortes (Q235) e a tomada de decisão por técnicos especializados (Q236) para todas as faixas etárias. Em relação a essas duas variáveis, destaca-se que, na Onda 5, houve números mais altos de pessoas na faixa etária 1 (16 a 29 anos)

que demonstraram preferência pela presença de líderes fortes e técnicos. Esses resultados se encontram na tabela V, a seguir:

Tabela V – Percentual por Variável: Valor 4 (Brasil)

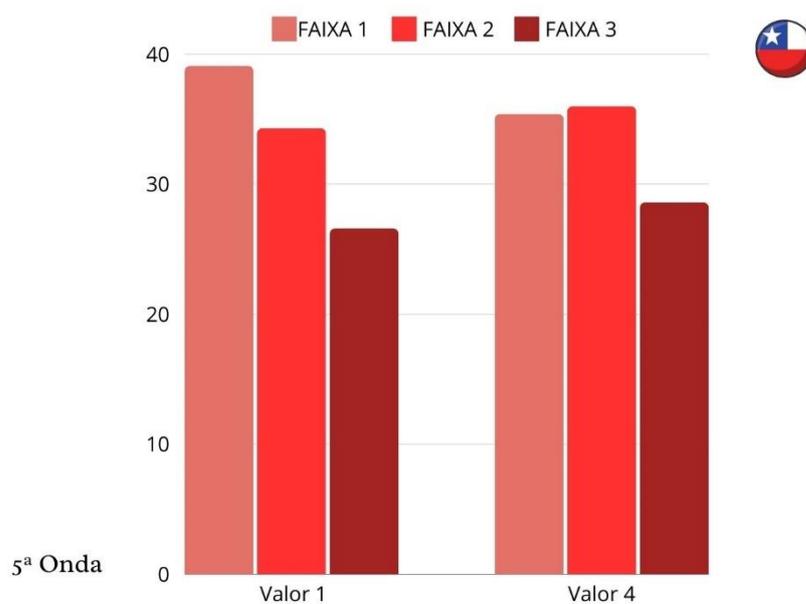
VALOR 4 (muito elevado para nostalgia da ditadura)				
VARIÁVEL	FAIXA ETÁRIA	ONDA 5 (n=1500)	ONDA 6 (n=1486)	ONDA 7 (n=1762)
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	FAIXA 1 (16-29)	7,33% (110)	5,18% (77)	3,01% (53)
	FAIXA 2 (30-49)	7,60% (114)	9,82% (146)	4,60% (81)
	FAIXA 3 (>50)	3,93% (59)	6,13% (91)	2,56% (45)
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	FAIXA 1 (16-29)	8,73% (131)	8,01% (119)	1,36% (24)
	FAIXA 2 (30-49)	7,73% (116)	11,11% (165)	1,93% (34)
	FAIXA 3 (>50)	3,93% (59)	7,20% (107)	0,91% (16)
Q237. Ter um governo militar.	FAIXA 1 (16-29)	2,73% (41)	1,48% (22)	7,89% (139)
	FAIXA 2 (30-49)	2,93% (44)	3,03% (45)	7,72% (136)
	FAIXA 3 (>50)	1,13% (17)	2,49% (37)	5,73% (101)
Q238. Ter um sistema político democrático.	FAIXA 1 (16-29)	1,27% (19)	1,35% (20)	0,80% (14)
	FAIXA 2 (30-49)	0,80% (12)	1,55% (23)	1,76% (31)
	FAIXA 3 (>50)	0,27% (4)	1,41% (21)	0,62% (11)
Q199. Interesse	FAIXA 1	10,13% (152)	14,02% (208)	11,93% (210)

em política	(16-29)			
	FAIXA 2 (30-49)	9,07% (136)	15,94% (237)	13,50% (238)
	FAIXA 3 (>50)	5,27% (79)	11,52% (171)	13,50% (238)
Q4. Importância na vida: Política	FAIXA 1 (16-29)	6,20% (93)	8,75% (130)	8,86% (156)
	FAIXA 2 (30-49)	7,33% (110)	11,58% (172)	10,51% (185)
	FAIXA 3 (>50)	4,87% (73)	8,20% (122)	10,69% (188)

Fonte: Elaboração própria.

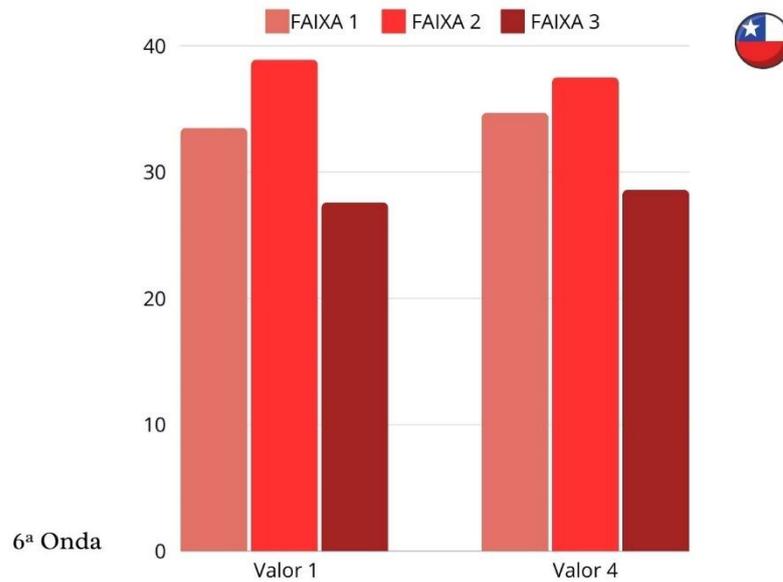
Para o caso chileno, para os valores 1 e 4, têm-se os seguintes resultados apresentados nos gráficos VI, VII e VIII:

Gráfico VI – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 5ª Onda



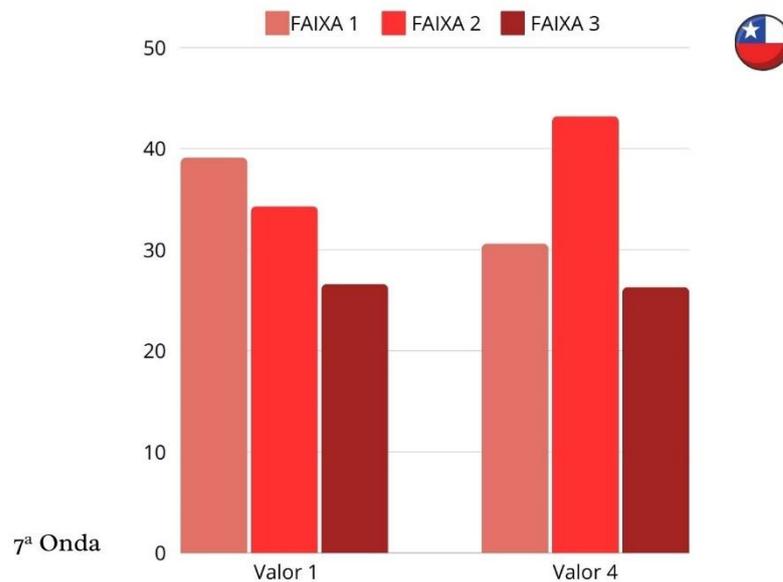
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico VII – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 6ª Onda



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico VIII – Porcentagem de Respostas: Valores 1 e 4 (Chile) – 7ª Onda



Fonte: Elaboração própria.

No geral, todas as ondas se destacam pelos números altos da presença de pessoas da faixa 2 (30 a 49 anos) para os dois valores extremos. Em relação ao valor 4, em todas as ondas, essa faixa etária representa de 36 a 43% da parcela que indicou respostas mais próximas da

nostalgia da ditadura para cada variável. Quanto aos mais jovens, da faixa 1 (16 a 29 anos), há menor incidência de respostas referentes ao valor 4 na Onda 7. Enquanto se observa uma relativa estabilidade, com pequenas oscilações, da faixa 3 (acima de 50 anos) para os dois valores extremos ao longo das três ondas.

Porém existem distinções importantes no que tange cada uma das variáveis em comparação ao Brasil. Essas diferenças nos dois casos auxilia a compreender as nuances entre as médias apresentadas nos gráficos I e II apresentados previamente. Embora, em um primeiro momento, o Brasil e Chile pareçam se aproximar com suas médias, quando esses dados são esmiuçados – e, nesse sentido, os dados aqui foram forçados a apresentar os casos extremos – é possível dimensionar o que distingue os dois estudos de caso. Um primeiro indício, portanto, é que o caso chileno, ainda que tenha apresentado índices altos de nostalgia, há uma concentração menor de pessoas que tenham se identificado com as posições mais extremas em relação à presença de um líder forte, de tecnocratas no poder e à presença de um governo militar.

Da mesma forma que foi feita para o caso do Brasil, também serão expostas as porcentagens para cada variável no Chile, na tabela VI:

Tabela VI – Percentual por Variável: Valor 4 (Chile)

VALOR 4 (muito elevado para nostalgia da ditadura)				
VARIÁVEL	FAIXA ETÁRIA	ONDA 5 (n=1000)	ONDA 6 (n=1000)	ONDA 7 (n=1000)
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	FAIXA 1 (16-29)	2,00% (20)	2,40% (24)	3,00% (30)
	FAIXA 2 (30-49)	1,70% (17)	1,70% (17)	4,80% (48)
	FAIXA 3 (>50)	1,50% (15)	2,20% (22)	3,20% (32)
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	FAIXA 1 (16-29)	2,50% (25)	1,00% (10)	2,00% (20)
	FAIXA 2 (30-49)	3,60% (36)	1,00% (10)	4,20% (42)
	FAIXA 3 (>50)	2,20% (22)	1,70% (17)	2,90% (29)

Q237. Ter um governo militar.	FAIXA 1 (16-29)	1,30% (13)	1,00% (10)	1,20% (12)
	FAIXA 2 (30-49)	1,30% (13)	1,00% (10)	1,10% (11)
	FAIXA 3 (>50)	1,50% (15)	1,70% (17)	0,70% (7)
Q238. Ter um sistema político democrático.	FAIXA 1 (16-29)	0,60% (6)	0,40% (4)	1,00% (10)
	FAIXA 2 (30-49)	0,40% (4)	0,40% (4)	1,60% (16)
	FAIXA 3 (>50)	0,50% (5)	0,00% (0)	1,10% (11)
Q199. Interesse em política	FAIXA 1 (16-29)	17,40% (174)	13,60% (136)	12,10% (121)
	FAIXA 2 (30-49)	16,90% (169)	16,40% (164)	17,10% (171)
	FAIXA 3 (>50)	13,50% (135)	9,70% (97)	9,60% (96)
Q4. Importância na vida: Política	FAIXA 1 (16-29)	15,60% (156)	12,90% (129)	11,90% (119)
	FAIXA 2 (30-49)	16,20% (162)	13,30% (133)	15,30% (153)
	FAIXA 3 (>50)	12,60% (126)	9,70% (97)	9,40% (94)

Fonte: Elaboração própria.

Embora os números sejam comparativamente menos significativos que os brasileiros, observa-se que, para o caso da preferência por um líder forte, há o aumento percentual de pessoas que consideram este um aspecto positivo. Esse aumento ocorreu para todas as faixas etárias na sétima onda. Houve também o aumento de preferência pela presença de técnicos tomando decisões para segunda e terceira faixas etárias na Onda 7. Já quando se trata do governo militar, as mudanças são sutis de uma onda para outra – contudo, cabe sinalizar que houve a queda da preferência por esse tipo de governo pela terceira faixa etária na Onda 7. Para

a Q238, referente à preferência por um governo democrático, observa-se o aumento de pessoas que consideram este um péssimo sistema, porém os números permaneceram relativamente baixos. Já os níveis de desinteresse por política e a consideração de que política é nada importante na vida dos respondentes se mantiveram altos em todas as ondas, sendo essas as variáveis em relação as quais os chilenos mais se aproximam da nostalgia da ditadura.

4.2 Democracia Inercial no Brasil e no Chile

Como foi apontado, Baquero (2018) dimensiona a cultura política quando operacionaliza a democracia inercial em termos de desconfiança política. Seguindo por esse raciocínio, serão analisadas as variáveis presentes no WVS que se referem à confiança em: (i) Forças Armadas; (ii) sindicatos; (iii) Judiciário; (iv) governo; (v) partidos políticos e (vi) Congresso Nacional. A escala que mede essas variáveis também vai de 1 a 4, sendo que quanto maior o valor, maior a desconfiança²⁰.

Quanto às médias para cada variável, os resultados são os seguintes:

Tabela VII – Médias das Variáveis de Confiança Política (Brasil e Chile)

Variável	Brasil			Chile		
	Onda 5	Onda 6	Onda 7	Onda 5	Onda 6	Onda 7
Confiança: Forças Armadas	2,12	2,16	2,14	2,33	2,39	2,54
Confiança: Sindicatos	2,61	2,63	2,59	2,47	2,31	2,31
Confiança: Judiciário	2,57	2,62	2,46	2,85	2,89	2,80
Confiança: Governo	2,62	2,81	3,18	2,53	2,80	2,75
Confiança: Partidos Políticos	3,18	3,37	3,44	3,12	3,14	3,25
Confiança:	3,05	3,20	3,32	2,90	2,93	3,07

²⁰ Neste caso, seguiu-se o padrão estabelecido pela escala do WVS.

Congresso Nacional						
--------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

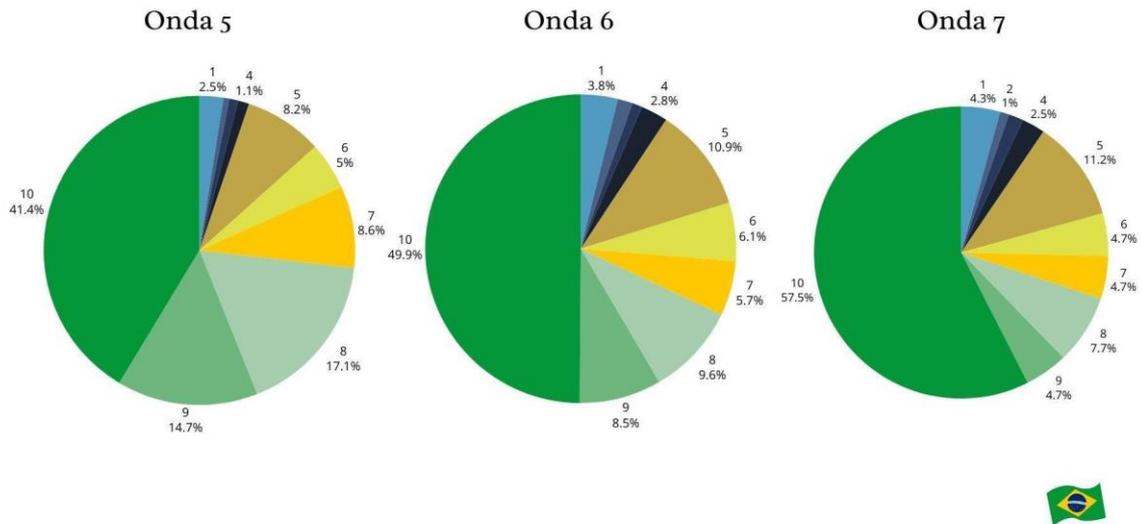
Observa-se, na tabela VII, que a desconfiança é alta nos dois países, em especial em relação aos partidos políticos e aos respectivos congressos nacionais. Entre a quinta e a sétima onda pode-se observar também, tanto no Brasil como no Chile, o aumento da desconfiança em relação ao governo. A confiança institucional está ligada à compreensão das pessoas de que suas demandas estão sendo bem atendidas pelas instituições competentes, de modo que as políticas públicas sejam respostas a problemas sociais (Moisés; Meneguelo, 2013). Quando a população entende que o governo não está endereçando de maneira contundente as demandas da sociedade, a confiança nas instituições é reduzida. Nos casos brasileiro e chileno, outro aspecto que deve ser considerado é o da socialização. Como apontaram Baquero, Ranincheski e Castro (2018, p. 90) ao tratarem do Brasil, “[o] funcionamento [das] instituições [...] não corresponde à ideia ou à realidade de uma democracia. Novamente a cultura autoritária se impõe à política brasileira”. Ou seja, a formação sociopolítica desses países também influencia na forma como as pessoas compreendem o sistema e confiam, ou não, nas instituições e os valores ligados à confiança são socializados entre as diferentes gerações.

Concomitantemente, Castro, Oliveira e Beal (2020) lembram que a insatisfação política também é uma variável importante para refletir sobre a conjuntura política, uma vez que pode criar um ambiente adequado para a ascensão de lideranças de caráter autoritário-populista. Ademais, indicaram que a “instabilidade e a falta de confiança institucional podem favorecer a mobilização das massas eleitorais por atores autoritário-populistas e talvez colocar em xeque a própria legitimidade do sistema democrático tal como é hegemônico” (Castro; Oliveira; Beal, 2020, P. 174). Os autores, para chegarem a tal conclusão, analisaram os dados do WVS para as mesmas ondas estudadas aqui, porém comparando países da América Latina e Europa. Assim, abordaram o paradoxo que também motiva a presente pesquisa: o apoio ao sistema democrático coexiste com a insatisfação perante à sua performance. Embora existam tais níveis de desconfiança no Brasil e no Chile, as pessoas demonstraram considerar importante que seu país fosse governado de maneira democrática.

Os gráficos seguintes são referentes à seguintes questão presente no WVS (Inglehart et al, 2022): “ Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa ‘nada importante’ e 10 significa ‘totalmente importante’, que ponto o(a) Sr(a) escolheria?”. Para facilitar a visualização, a

frequência das respostas foram colocadas em gráficos de pizza, em que o tom mais forte de verde, no caso brasileiro, e vermelho, no caso chileno, equivalem às respostas de “totalmente importante”, ou seja, de número dez na escala apresentada. Tem-se que:

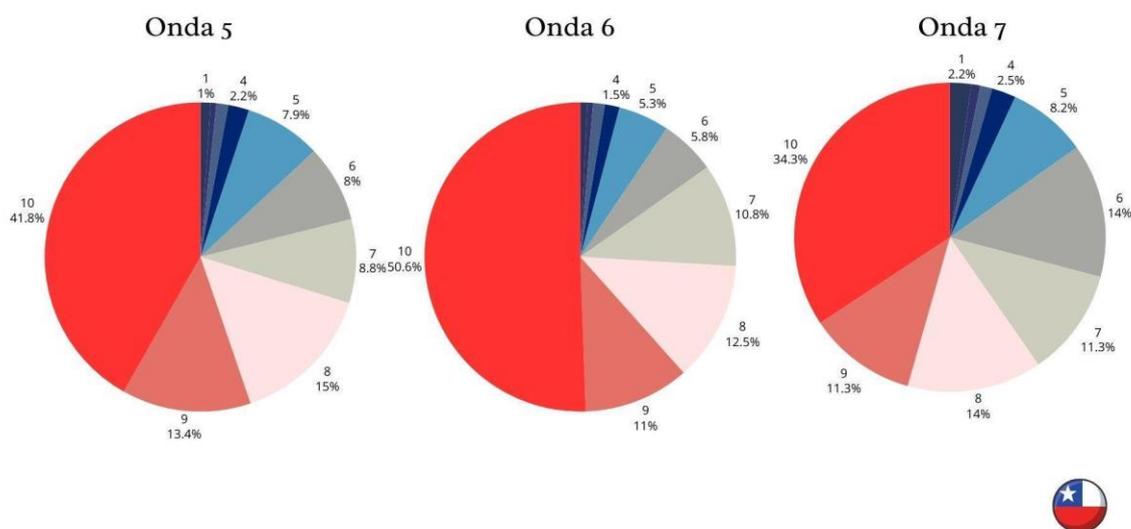
Gráfico IX, X e XI – Importância de Viver na Democracia (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Como pôde-se observar nos gráficos IX, X e XI, houve o aumento do número de pessoas que percebiam que viver em um país governado de maneira democrática era totalmente importante, entre a quinta e a sétima onda. Enquanto no Chile:

Gráficos XII, XIII e XIV – Importância de Viver na Democracia (Chile)



Fonte: Elaboração própria.

No Chile, como se observa nos gráficos XII, XIII e XIV, as pessoas atribuem bastante importância a viverem de forma democrática, porém as oscilações são maiores. Na última onda analisada observa-se uma redução no número de pessoas que consideram que é totalmente importante viver em um sistema democrático.

O paradoxo da coexistência do apoio à democracia e a desconfiança nas instituições reflete uma distinção feita por Easton (1968): enquanto o apoio difuso é uma manifestação genérica no sistema de crenças, o apoio específico está vinculado à satisfação da população com o governo, com as políticas implementadas, com as instituições. Retomando mais uma vez o argumento de Baquero, Ranincheski e Castro (2018), a formação sociopolítica também afeta o entendimento das pessoas sobre as características da democracia. Como se observou na seção anterior, os índices de nostalgia da ditadura são superiores a dois pontos em todas as faixas etárias, de forma que expressa que a população ainda vincula sua compreensão do sistema político às ideias que foram socializadas nos períodos ditatoriais.

Para ilustrar isso, basta verificar a quantidade de pessoas que entendem que “as forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente” é uma característica fundamental da democracia, em especial no Brasil. Essa variável do WVS é medida por uma escala de 1 a 10, em que os valores mais próximos de 10 significam que esta “é uma característica fundamental da democracia”. Aqui foram somadas as frequências, em porcentagem, das

respostas com valores de 1 a 4 e foram colocadas em contraposição ao somatório das de 7 a 10. Observa-se o seguinte:

Tabela VIII – Frequências de Respostas em Porcentagem (Brasil e Chile)

Característica fundamental da democracia	Brasil			Chile		
	Onda 5	Onda 6	Onda 7	Onda 5	Onda 6	Onda 7
Respostas: 1 a 4	38,7%	34,08%	35,96%	64,8%	66,7%	54,6%
Respostas: 7 a 10	27,7%	26,82%	37,49%	15,1%	13,9%	15,6%

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, nas três ondas, a porcentagem de pessoas que considerou a assunção do poder pelas Forças Armadas quando o governo é incompetente como uma característica da democracia não apenas foi considerável como apresentou aumento na última onda. A situação do Chile, quando comparado ao Brasil, é bastante diferente no que concerne a essa questão. As porcentagens de pessoas que compreendem com maior veemência que essa não é uma característica da democracia seguiram elevadas e superiores a 50% dos entrevistados – embora tenha ocorrido uma sutil redução na sétima onda. Em suma, percebe-se que no Brasil há certa confusão quanto ao papel das Forças Armadas, pois se assume que há uma responsabilidade política ligada diretamente à competência do governo. A mesma situação não ocorre no Chile e é possível aventar algumas explicações que serão exploradas posteriormente. O que fica nítido aqui, portanto, é que há o descompasso em relação ao entendimento sobre a democracia e o seu apoio.

4.3. Reflexões sobre os estudos de caso

Conforme apresentado na seção 4.1, trabalhou-se, no índice de nostalgia da ditadura (IND), com seis variáveis do WVS cujo alfa de Cronbach era de 0,526 no Brasil e 0,563 no Chile. Para o escopo da pesquisa, e considerando a sustentação teórica previamente apresentada, esse valor foi suficiente para compreender o sentimento de nostalgia. O exame do alfa de Cronbach, contudo, levanta reflexões que podem ser proveitosas para o aprimoramento

do índice. Nesse sentido, destaca-se que a exclusão do último item agregado – a variável de interesse por política – aumentaria o alfa para 0,569 no caso do Brasil e 0,624 no caso do Chile. Isso sugere que esse item não seria tão bem correlacionado aos demais e poderia introduzir algum ruído nos resultados dos testes. Assim, cabe considerar que a apatia política é um fenômeno complexo e multifacetado e, por essa razão, a fim de tornar o índice mais consistente, seria válido considerá-lo em termos de participação política e não apenas o interesse e a importância da política. Outra possibilidade seria elaborar o índice com base na consciência política – *political awareness* –, mas, para tanto, seria necessária uma sustentação teórica diferente da que a presente pesquisa partiu. Ou seja, para além da compreensão do cidadão como espectador (Baquero, 2018) e da ideologia apolítica e tecnocrática promovidas na ditadura (Moulian, 2002), deveria-se considerar como os cidadãos formulam suas preferências políticas e as deduzem de conceitos abstratos (Goren, 2013).

Quanto aos resultados do IND para o Brasil, considerando a codificação de seis faixas etárias, observou-se que houve um aumento do índice para as faixas etárias 1 e 2 (16 a 34 anos) entre as quinta e sétima ondas, bem como para as faixas 4, 5 e 6 (acima de 45 anos). A faixa etária 3 (35 a 44 anos), por sua vez, teve um aumento entre a quinta e sexta onda e, na sétima, o valor caiu um pouco mas se manteve acima do que havia sido na quinta. Em suma, todos os valores aumentaram quando se compara a quinta e a sétima onda. Outro ponto relevante é que não houve diferença estatística relevante entre as médias, o que se averiguou com o teste t. Esses resultados permitem inferir que os valores vinculados ao sentimento de nostalgia da ditadura foram bem socializados, de modo que há pouca diferença entre as diferentes gerações. Castro (2014), ao conceitualizar a nostalgia da ditadura, havia destacado os altos valores para as pessoas que não viveram o período militar. Isso foi evidenciado mais uma vez e, ainda que os valores dos mais jovens da faixa etária um não tenham sido superiores aos das gerações da quinta e sexta faixas etárias, foram mais elevados, em todas as ondas, que os das faixas dois e três.

No Chile, as oscilações foram tênues entre as ondas e, em muitos casos, houve redução do índice. Isso ocorreu com os entrevistados das faixas etárias um, quatro, cinco e seis. Embora a diferença entre os índices seja sutil, ainda assim é possível observar que os valores dos entrevistados da faixa etária mais jovem, a faixa 1 (16 a 24 anos), é superior à sexta faixa etária em todas as ondas. A faixa etária 3 (35 a 44 anos), por sua vez, apresentou o maior valor na quinta onda e se manteve com valores relativamente altos nas demais. Assim como no Brasil, as médias não apresentaram diferenças estatísticas consideráveis entre si. Essa proximidade entre as médias sugere que os valores socializados, nos dois países, estão bem enraizados e

sendo propagados de uma geração para outra. Ou seja, tanto os agentes de socialização quanto o contexto sociopolítico operaram de tal maneira que existe a reprodução desses valores.

Contudo, quando se compara os dois países, observa-se que as diferenças entre as médias são numericamente e estatisticamente significativas, sendo que o Chile apresenta valores menores para o IND. Isso indica que houve diferenças importantes também em relação a como os valores atrelados ao IND foram socializados nos dois países. Considerando os aportes advindos dos segundo e terceiro capítulos, é possível aventar algumas das razões para essa distinção. Pela ótica adotada, os dois países estão sendo analisados levando-se em consideração um passado histórico comum, de ditaduras militares motivadas por uma doutrina de segurança nacional que colocava determinados atores como contrainsurgentes, subversivos e cuja existência deveria ser eliminada. Evidentemente, esse fenômeno se manifestou com características peculiares em cada um dos países – o Chile, por exemplo, foi governado todo o período por Pinochet, enquanto o Brasil era governado por uma Junta Militar (Gaspari, 2015; Moulian, 2002).

De todo modo, partilhavam de eventos macropolíticos semelhantes associados a esse contexto histórico. O contexto social, por sua vez, está ligado à “estrutura e operação de agentes socializadores predominantes em determinado período” (Wasburn; Adkins-Covert, 2017, p. 11, tradução própria). Esses dois elementos são essenciais para entender como a cultura política de um país é afetada e como se desenvolve. Cabe retomar, portanto, outro aspecto fundamental para compreender esses dois casos: o processo de transição. Como foi indicado no capítulo anterior, uma das diferenças nesses dois países concerne ao modo como se lidou com a justiça de transição; de forma que se prezou pelo caráter conciliatório e individualizado no Brasil, enquanto no Chile, após as acusações contra Pinochet, houve maior engajamento da sociedade. A dimensão de análise da nostalgia da ditadura contempla dois pontos centrais, o sistema político e o interesse por política. Pode-se depreender, portanto, que houve uma distinção em como essas duas sociedades, chilena e brasileira, interpretaram o sistema político que viviam e como desenvolveram seu interesse por política.

No Brasil, antes mesmo da ditadura, já existia uma cultura autoritária, em que se predomina uma distorção da natureza do público e do privado, que foi identificada por intérpretes culturalistas, como Leal (2012), Fernandes (1987), Faoro (1987) e Schwartzman (2007). A decorrência, avaliada por Schwartzman (2007), é que o setor público e a política se tornaram fins em si mesmos. Há a manutenção de uma relação paradoxal em que embora exista o personalismo no poder e haja uma mescla na concepção da coisa pública e da vida privada, há o distanciamento do cidadão da política (Baquero, 2018). O tecido social constituído no

início do século XX propiciou que os valores disseminados pelo governo militar não apenas fossem disseminados, como corroborassem para a cultura política já existente. O Chile, por sua vez, no período que precedeu a ditadura, era visto como bastião da democracia na América Latina (Moulian, 2002). Essa perspectiva, como destacou Moulian (2002), mistificou o passado chileno e garantiu espaço para a consolidação de uma ditadura revolucionária fundamenta nos três pontos destacados pelo autor: distanciamento do poder normativo e jurídico, poder sobre os corpos e poder sobre as mentes (Moulian, 2002). Também havia, assim, no caso chileno, espaço para que se consolidassem os valores difundidos pelo governo de Pinochet.

O ponto de inflexão do caso chileno é identificado no seu processo de transição. Como foi apresentado anteriormente, uma diferença fundamental nos dois países foi a condenação de agentes e oficiais que perpetraram crimes contra os direitos humanos na ditadura no Chile. Com o decorrer das investigações, foram descobertas fraudes financeiras ligadas à própria figura do Pinochet que, desse modo, foi desacreditado por seus defensores mais leais. Após o ano de 1998, a justiça de transição foi impulsionada no Chile, comovendo sua população e garantindo uma pressão social por respostas do governo perante os crimes do passado. Considerando que o Estado não é um ator monolítico, mas que é composto por relações sociais²¹, tanto as respostas do Estado como a conformação da cultura política foram afetados pelo contexto social advindo da transição. Esse último aspecto foi evidenciado pelos valores relativamente mais baixos que o Chile apresentou quanto ao índice de nostalgia. Existem outras heranças provindas do período militar – das quais pode-se destacar o modelo neoliberal de desenvolvimento (Ganter Solís; Cortés, 2020) –, porém é possível identificar que foi construída uma nova relação com o sistema político que se distanciou do apego pelo passado.

Outro indício dessa tendência está nos gráficos III a VIII, que correspondem à parcela que cada faixa etária representa nos valores 1 e 4. Nos dois países os números foram mais altos para o valor 4 estão na segunda faixa etária (30 a 49 anos), mas ainda assim há diferenças entre ambos. Quando se observa o detalhamento, para quais variáveis esse número foi maior, destaca-se que no Brasil da sétima onda houve maior incidência de respostas que consideraram positiva a presença de um governo militar e que essa percepção foi acompanhada pela elevação de números de resposta que expressam o distanciamento da política. Já no Chile, o apolitismo foi

21 Partindo do pressuposto ontológico de que o Estado é formado por atores complexos – desde organizações não governamentais até movimentos sociais, considerando também a atuação de indivíduos na política – com capacidade de agência, que operam dentro de um determinado contexto cultural. Algumas das perspectivas racionalistas das Relações Internacionais, como o neorealismo e o institucionalismo, compreendem o Estado como ator principal, aproximando-se da metáfora de bola bilhar, usada para descrevê-lo como um ator monolítico (Slaughter; Hale, 2011). Embora as contribuições de tais perspectivas sirvam a outros tipos de análise, elas não são capazes de contemplar a cultura política como se pretende aqui.

nítido em todas as ondas e houve aumento, na sétima onda, de respostas que consideraram positivas a presença de um líder forte e a tomada de decisão por técnicos. Essas preferências podem estar associadas às características do governo militar no país, marcado pela presença de Pinochet durante toda a ditadura e à adesão a um modelo de lógica neoliberal, com uma equipe técnica que buscou implementá-lo.

Dando continuidade à análise dos resultados obtidos, verifica-se que, como já era previsto na literatura consultada (Baquero, 2018; Castro; Oliveira; Beal, 2020), a desconfiança política ainda é característica dos países latino-americanos e, nessa linha, não há diferenças substantivas entre os dois países. Contudo, o Brasil apresenta maior confiança nas Forças Armadas, se comparado ao Chile, e nesse quesito os valores são distintamente mais baixos em relação à desconfiança perante a outras instituições – Congresso Nacional, Judiciário, partidos políticos, etc. Nesse ponto os dois países se distinguem e a diferença na compreensão do papel das Forças Armadas em uma democracia fica ainda mais evidente quando se compara a porcentagem de pessoas que considerou que as “Forças Armadas assumirem o poder quando o governo não é competente” é uma característica fundamental no Brasil e no Chile. A título de ilustração, na Onda 7 esse valor foi de 37,49% no caso brasileiro e 15,6% no caso chileno.

Já em relação ao apoio difuso à democracia, os resultados reiteraram que tanto brasileiros como chilenos defendem a importância do sistema democrático. Houve uma retração, porém, dos que defendiam a democracia com maior contundência – atribuíram 10, em uma escala 1 a 10, para a importância de viver em um sistema democrático – na sétima onda. De maneira geral, confirmou a manutenção de uma cultura política típica de uma democracia inercial, conforme descrita por Baquero (2018), nos dois países. Ou seja, uma cultura política híbrida, em que há o acúmulo de tendências históricas no que se refere à consolidação de valores tradicionais e há uma crise de legitimidade e credibilidade em relação ao governo incumbente. Ao mesmo tempo, é possível identificar a prevalência de um apoio difuso em relação à democracia, ainda que o entendimento do que seria essa democracia seja contraditório e se manifesta em uma cultura política de traços antidemocráticos. Ademais, as duas variáveis usadas para medir a indiferença em relação à política, ou o apolitismo, resultaram em valores altos em todas as ondas nos dois países, reiterando a posição de espectador que também constitui uma característica dessa democracia inercial.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação se amparou na teoria do campo da Cultura Política para compreender o desenvolvimento da democracia em países que passaram por regimes autoritários no século XX, o Brasil e o Chile. Dessa forma, dois conceitos dessa linha teórica, desenvolvidos por politólogos brasileiros (Baquero, 2018; Castro, 1996; 2014), foram apropriados para refletir sobre tal relação: a nostalgia da ditadura (Castro, 1996) e a democracia inercial (Baquero, 2018). Estes são dois conceitos afins, uma vez que identificam o distanciamento da população em relação aos valores democráticos na cultura política das sociedades latino-americanas. Enquanto Baquero (2018) buscou compreender a difusão de valores antidemocráticos como um descompasso em relação aos avanços formais do sistema político democrático, Castro (1996) identificou, no caso brasileiro, a permanência de um sentimento de nostalgia quanto aos governos ditatoriais. Levando em consideração a pertinência dos dois conceitos para se pensar nos casos brasileiros e chilenos – países que viveram ditaduras orientadas pela doutrina de segurança nacional no contexto de Guerra Fria –, buscou-se aqui explorar o potencial explicativo desses conceitos, de forma que o objetivo principal foi analisar se a presença do sentimento de nostalgia da ditadura ajuda a explicar a democracia inercial.

Para tanto, foi necessário averiguar a presença da nostalgia da ditadura nesses países. O índice desenvolvido por Bittencourt (2020) com base na Pesquisa Mundial de Valores (WVS) foi utilizado na pesquisa, bem como foi proposta uma atualização de seus parâmetros. Antes de retomar os principais resultados quanto ao índice de nostalgia da ditadura (IND), é importante retomar que Castro (2014) caracterizou esse sentimento como difuso, de modo que nem sempre este é evidentemente manifesto, porém pode estar presente na forma como as pessoas interpretam o mundo e apreendem a realidade social, sobretudo no que tange às suas percepções sobre o sistema político. Por meio do IND, identificou-se que os números do IND foram altos para os dois países, mas com destaque para o Brasil. De modo geral, não houve diferença estatística entre as médias para as diferentes faixas etárias.

Esse resultado sugere a socialização de valores em comum entre as diferentes gerações. Chama a atenção que, no caso brasileiro, ao avaliar as frequências numéricas das respostas que indicavam um nível muito elevado de nostalgia – valor igual a quatro –, observou-se que as faixas etárias com as maiores frequências foram a primeira e a segunda faixas etárias, ou seja, pessoas jovens, de 16 a 34 anos, e adultas, de 35 a 54 anos. Enquanto no Chile, os números

mais altos foram da segunda faixa etária. Esse resultado corrobora com a inferência de Castro (1996; 2014) de que mesmo pessoas que não viveram a ditadura partilham desse sentimento de nostalgia. Diferentemente do que a literatura condizente à linha teórica denominada como *impressionable years perspective* previa, os efeitos não foram observados apenas nas coortes que estavam no estágio da adolescência durante a ditadura militar, mas também daqueles que não chegaram a viver o período. Pode-se inferir, assim, que existiu um ambiente de socialização propício para se propagar um entendimento similar quanto ao período militar.

Partiu-se da premissa, nesta pesquisa, que Brasil e Chile vivem em uma condição de democracias inerciais, conforme descritas por Baquero (2018). No terceiro capítulo realizou-se um panorama dos valores que caracterizam a cultura política híbrida da democracia inercial no Brasil e no Chile para estabelecer alguns parâmetros de comparação entre a situação dos dois países, cumprindo, assim, um dos objetivos específicos da pesquisa. Nesse sentido, observou-se que as populações brasileira e chilena ainda partilham de um sentimento de apoio difuso à democracia, porém tal apoio, no Chile, vem decaindo nas últimas ondas. A desconfiança política, principal indicador de análise da cultura política híbrida no trabalho de Baquero (2018), manteve-se alta nos dois países. Em especial, houve destaque para a desconfiança em relação ao congresso nacional e aos partidos políticos, tanto no Brasil quanto no Chile. Constatou-se que os elementos concernentes às características de uma democracia inercial estão presentes nesses países.

Nesse sentido, um fenômeno em comum identificado em ambos os países foi a existência de um apoio difuso à democracia, que não é acompanhado pelo sentimento de satisfação com suas instâncias de representatividade e com o desempenho das instituições, ou seja, de apoio específico. Os resultados referentes ao IND demonstraram que, apesar de terem compartilhado experiências semelhantes de ditaduras militares, as populações dos dois países desenvolveram relações distintas com o seus respectivos passados históricos. No caso brasileiro, permaneceu uma relação de confiança com as Forças Armadas, caso excepcional se comparado com a confiança nas demais instituições brasileiras. Observou-se também que, ao longo das três ondas do WVS, a população passou a confiar ainda menos no governo, no congresso e nos partidos políticos. O IND aumentou entre a quinta e a sétima onda para as três faixas etárias: para a primeira faixa (16 a 29 anos) houve aumento de 0,13; na segunda (30 a 49 anos), de 0,15; e na terceira (mais de 50 anos), 0,18. Na análise caso a caso das variáveis que compõem o índice, é notável que houve o aumento de respostas que consideravam positiva a existência de um governo militar, bem como daquelas que consideravam a política pouco importante ou não tinham tanto interesse na política. Em suma, a manutenção da desconfiança

das instituições foi acompanhada pela apatia política da população que, ao mesmo tempo, confiava nos militares e considerava um governo dessa ordem compatível com a democracia.

Os resultados obtidos dos dados do Brasil indicam que, para além dos avanços nos mecanismos formais da democracia, a população não incorporou os valores do fazer democrático. O desconhecimento perante o sistema político somado à difusão de valores antidemocráticos, corrobora para o descompasso identificado por Baquero (2018), caracterizando a democracia inercial brasileira. Ademais, por meio da análise do IND, observou-se indícios de que tais valores antidemocráticos estão vinculados à visão de mundo difundida durante o período militar. Desde o incentivo ao distanciamento da sociedade em relação à política – configurando o apolitismo –, até o apreço por lideranças fortes e pelo governo militar em si são reminiscências do período militar na política contemporânea brasileira. Os aportes teóricos que retrataram a formação sociopolítica latino-americana e brasileira, apresentados no segundo capítulo, indicam que já existia um ambiente cultural propício para tanto, pois houve a permanência de um conteúdo residual de mandonismo, troca de favores, personalismo na política que remetia aos tempos do colonialismo e do potentado dos coroneis.

Já os resultados para o caso chileno apresentam uma desconfiança política generalizada perante as instituições analisadas, sendo que na sétima onda os valores de desconfiança foram menores para os sindicatos e mais altos para os partidos políticos. Assim como no Brasil, a população confiou cada vez menos no governo, nos partidos e no congresso nacional ao longo das três ondas. Porém, o apoio difuso à democracia foi menos significativo que o caso brasileiro e, além disso, ainda sofreu redução na sétima onda: os chilenos consideraram cada vez menos importante viver em uma democracia – visível nos gráficos VI, VII e VIII no quarto capítulo. O IND para o Chile também apresentou tendências diferentes da brasileira, afinal houve queda dos valores do índice entre a quinta e a sétima ondas para todas as faixas etárias. Para a primeira faixa etária (16 a 29 anos), registrou-se uma queda de 0,03; para a segunda (30 a 49 anos), de 0,09; e para a terceira, de 0,05. Ademais, os números são relativamente mais baixos aos do Brasil em todas as ondas – a título de ilustração, para a terceira faixa etária o IND chileno saiu de 2,18 na quinta onda para 2,13 na sétima, enquanto o brasileiro saiu de 2,42 para 2,60.

Quando é realizado o mesmo exercício de se avaliar as variáveis do IND caso a caso, observa-se que as porcentagens de respostas de nível muito elevado para nostalgia são significativamente menores que as do Brasil. As maiores se encontram nas variáveis Q4 e Q199, que são indicadoras do apolitismo na sociedade. Embora com porcentagens menos significativas, observou-se o aumento, entre a quinta e sétima ondas, das respostas que

colocavam a presença de líderes fortes e de tecnocratas na tomada de decisões na política como positivas. Há, assim, uma grande insatisfação política da população acompanhada, da mesma forma que no Brasil, de valores apolíticos. Porém, no caso do Chile, a confiança nas Forças Armadas é mais reduzida e os valores mais baixos de nostalgia não podem ser ignorados.

Ainda que apresente semelhanças ao caso brasileiro na sua formação social, como foi apontado no capítulo dois, a experiência chilena teve peculiaridades no que se refere à transição democrática que podem ajudar a explicar a diferença dos dois países quanto ao IND. Desde o processo contra Pinochet, iniciado em 1998 pelo juiz espanhol, Baltasar Garzón Real, houve maior impulso a políticas de justiça e transição, em um processo que envolveu a mobilização da sociedade chilena. Diferentemente do Brasil, que tratou da justiça de maneira individualizada, o viés pelo qual a justiça chilena foi conduzida inseriu a sociedade em seu cerne, de modo que se buscou compreender a arquitetura sistemática da repressão durante o regime militar. Além disso, as condenações de agentes e oficiais envolvidos em violações de direitos humanos implicaram a desassociação desses atores com as instâncias de poder, de forma que foi um aspecto que colaborou para a distância das Forças Armadas da concepção de democracia.

Considerando os elementos apreendidos das análises dos resultados para os dois casos em tela, compreende-se que a nostalgia da ditadura ajuda a explicar a democracia inercial. Cabe salientar que não se buscou uma relação causal e que isso permitiu uma compreensão abrangente sobre as possíveis relações entre os dois conceitos. O trabalho aqui desenvolvido corrobora para o esforço mais amplo no campo da Ciência Política de examinar e situar as democracias da região da América Latina, sem que sejam ignoradas as suas peculiaridades e os impactos da formação de sua cultura política na consolidação do sistema político. Como foi apontado no primeiro capítulo, um dos pontos centrais que distinguem a inserção da dimensão horizontal de participação de massas na democracia em relação a demais sistemas políticos é o direito ao debate público. Levando em conta que os países da América Latina se conformaram partindo de um direcionamento da modernização para fora e que nesse processo houve a distorção da natureza do público e do privado, a relação estabelecida entre o sistema democrático e o debate público assumiu características próprias.

Um dos efeitos desse processo foi a permanência de valores antidemocráticos nessas sociedades. O passado de ditaduras militares compartilhado por muitos dos países da região reforçaram valores autoritários na cultura política, além de agregarem o medo e o terror como formas de silenciar dissensos. Houve a deturpação do papel do cidadão na democracia, favorecendo um cenário de apatia política o que, por sua vez, afeta o desenvolvimento de um

debate público democrático. A forma como a transição para a democracia foi conduzida impactou as heranças desse passado na conjuntura política desses países, isso foi evidenciado pelos resultados da pesquisa, que demonstraram que a sociedade chilena e a brasileira travaram relações diferentes de confiança com as instâncias militares.

A compreensão dos legados da ditadura em um sentimento de nostalgia e seu vínculo com a democracia inercial permite que se compreenda a forma como determinados discursos autoritários ecoam no presente. Da mesma forma que a instituição das ditaduras e assunção do poder pelos militares no século XX não podem ser desassociadas do passado que as precederam, de uma formação sociopolítica autoritária, também não é possível desvincular a conjuntura atual do contexto ditatorial. Os valores que constituem o IND permeiam, em maior ou menor grau, essas sociedades, de maneira que discursos e atitudes antidemocráticas não lhe são estranhos. Além disso, em especial no caso brasileiro, não se observou um ponto de inflexão intergeracional de socialização política, configurando uma certa homogeneidade nessa cultura política no que se refere às diferentes gerações. Mesmo a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a existência da sua mimesis institucional das comissões subnacionais não foram suficientes para conscientizar sobre as violações, tampouco extinguir valores, comportamentos e atitudes advindos dos tempos de ditadura. As comissões brasileiras, como se verificou na terceira seção do segundo capítulo, apresentavam um caráter individualizado e sobretudo centrado nas vítimas diretas, prescindindo de um aspecto mais social ou coletivo.

A continuidade desse tipo de estudo e análise permite a constituição de uma agenda de pesquisa que seja capaz de avaliar os impactos de eventos políticos sobre a socialização de valores em uma sociedade e, mais especificamente, dimensionar seus impactos sobre a consolidação de um sistema político democrático. Para as democracias da América Latina, esse tipo de agenda é adequado para que a compreensão desses processos políticos não esteja limitada à normatividade de modelos ideais de democracias liberais, mas que possibilite que sejam identificadas as lacunas entre a consolidação da democracia e a sua cultura política. Por exemplo, nessa dissertação, averiguou-se que existe a insatisfação política em níveis elevados tanto no Brasil, como no Chile. Contudo, ao se comparar os dois países, pôde-se compreender que esse sentimento de insatisfação se constituiu de maneiras diferentes: no Chile a insatisfação política foi acompanhada pelo descrédito da democracia, enquanto no Brasil não houve essa queda do apoio difuso à democracia. Essa mesma tendência não se observa em relação à difusão dos valores democráticos, uma vez que houve aumento no IND ao longo das três ondas do WVS.

Conclui-se que as sociedades brasileira e chilena ainda enfrentam os legados de suas ditaduras na forma como a política é conduzida e na forma como as pessoas a compreendem e se situam nesse cenário político. Ou seja, há reminiscências da ideologia difundida durante a ditadura militar que, por sua vez, estava vinculada à disputa de poder internacional da Guerra Fria, conferida pelo sistema de bipolaridade que opunha as duas superpotências daquele momento – a saber, Estados Unidos e União Soviética. Tal ideologia tampouco estava despreendida do contexto cultural que já caracterizava os casos em tela; pelo contrário, o passado autoritário estabelecido na formação sociopolítica desses países corroborou para a permeabilidade das ideias propagadas durante a Guerra Fria, possibilitando a conquista dos corações e mentes.

Houve indícios que esses países não estão fadados a reproduzir os valores do IND e permanecer numa situação de democracia inercial. O processo de transição vivido no Chile atribuiu características próprias à sua cultura política, demonstrando a importância de reconfigurar o debate público de modo que não seja fortalecido o apolitismo. Esses resultados contribuem para a compreensão das explicações mais profundas do porquê determinados discursos e atitudes incompatíveis com a democracia ecoam nessas sociedades, bem como ensejam discussões a respeito de como favorecer um ambiente social que respalde a democracia, produzindo a confiança interpessoal e política e tornando o apoio à democracia difuso em específico. Enquanto Baquero (2018) encontrou no fortalecimento do capital social uma via para fortalecer a democracia, o uso do conceito elaborado pelo autor aliado ao de Castro (1996; 2014) permitiu que se identifique também a necessidade de refletir sobre o passado histórico de maneira a desmistificá-lo e de promover o debate público informado e democrático como caminhos fundamentais para atingir esse mesmo fim.

O desenvolvimento desta dissertação relacionou dois conceitos que não são tipicamente trabalhados de maneira conjunta e aqui foram abordados como complementares para permitir uma compreensão mais aprofundada sobre a democracia e a cultura política dos países latino-americanos, em especial quanto aos dois casos em tela. Ou seja, a sua análise conjunta trouxe aportes relevantes para pensar no Brasil e no Chile do século XXI, e podem ser adequados para refletir sobre os demais países da região. Esse primeiro esforço pretende contribuir com a tradição de estudos de Cultura Política que vem se consolidando em Porto Alegre, na linha do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política na qual esse trabalho se insere, chamada de Escola de Porto Alegre. Um dos princípios compartilhados pelos pesquisadores é o entendimento que a análise da Ciência Política não pode estar descolada dos componentes

culturais que conformam a formação sociopolítica do país, propondo estudos que não se limitem a um caráter normativo, mas que busquem endereçar a realidade social de um país.

Esta pesquisa se pautou, portanto, em fundamentos teóricos comuns que orientam as análises desse grupo de estudiosos, promovendo o debate a respeito de suas contribuições e limitações. Nesse sentido, conforme apresentado anteriormente, foi possível identificar a afinidade dos dois conceitos centrais contemplados na pesquisa e o potencial explicativo em analisá-los de maneira simultânea. Por outro lado, observou-se que a compreensão da nostalgia da ditadura e da democracia inercial por meio de dados secundários, como as *surveys* do WVS, implica algumas dificuldades como a limitação do escopo e da precisão dessa análise, uma vez que essa fonte não é capaz de abarcar todas as dimensões dos conceitos explorados. O índice da nostalgia da ditadura aqui utilizado e adaptado é reflexo de uma forma coletiva de fazer pesquisa, em que um autor aperfeiçoa os instrumentos concebidos por outro. Este não se pretende ser o único instrumento para tratar da nostalgia da ditadura e ainda é passível de refinamento para que se possa avaliar a nostalgia com maior precisão, considerando que se trata de um fenômeno complexo.

Remontando ao pensamento de Karl Popper (1972), a ciência se desenvolve a partir do momento que teorias são continuamente desafiadas e aprimoradas. À guisa de conclusão, a autora compreende que as ferramentas se mostraram consistentes com a análise proposta que, por sua vez, revelou lacunas motivadoras de pesquisas futuras. Ademais, considera que o robustecimento da literatura que trata dos resquícios de autoritarismo e nostalgia na cultura política latino-americana confere maior capacidade propositiva a pesquisadores e tomadores de decisões a respeito de soluções democráticas para problemas históricos nesses países. Afinal, o caráter inercial dessas democracias reside justamente em suas culturas políticas, em que aos cidadãos é relegado o papel de espectadores, de modo que um dos desafios é possibilitar que esses se apropriem de seu espaço político e se tornem sujeitos, ancorados em valores e princípios democráticos.

Referências

ALBANUS, Adriana P. F. **Cultura política, política externa e congruência: uma análise sobre os governos Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ALMOND, Gabriel. A. & VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five countries**. Newbury Park: Sage, 1989.

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa tipo survey. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcello. Memória política e constituição da cultura política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n.2, p. 84-92, 2012.

BAQUERO, Marcello. **Democracia Inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 67-106, jan-abr. 2018.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 22, p. 492-523, 2016.

BERNARDI, Bruno B.; SCHALLENMÜLLER, Christian J.; TELES, Janaína A. Memória, verdade e justiça: desdobramentos do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil. In: Gallo, Carlos. A. (org.). **Nas trincheiras da memória**. Rio de Janeiro: Editora Oficial Raquel, 2021.

BITTENCOURT, Marielli. **A “Nostalgia da Ditadura” e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação**. 2020. 50f. Dissertação (Mestrado em Cultura Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. 1. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 14 dez. 2023

BOEL, Jens; CANAVAGGIO, Perrine; QUINTANA, Antonio. **Archives and Human Rights**. Londres: Routledge, 2021. ISBN: 9780429054624.

BOOTH, John A.; RICHARD, Patricia Bayer. **Latin American political culture: public opinion and democracy**. Washington: CQ Press, 2014.

BÔAS FILHO, Orlando Villas. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 108, p. 651-696, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67999>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CAÑUETO, D. Fernández. Chile: de la democracia limitada de Pinochet al proceso constituyente de 2020. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n. 193, p. 175-211, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.193.06>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CARVALHO, José Murillo. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Henrique Carlos de O. **A Democracia em cheque: um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses; 1996; 0 f; Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome.**

CASTRO, Henrique Carlos de O. **Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de Cultura Política**. 2000. Tese (Doutorado) -PPG em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

CASTRO, Henrique Carlos de O. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-96, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16745>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CASTRO, Henrique Carlos de O. **Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília, DF: Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de O. et al. Is Self-Expression Chic? Globalisation, Value Change and Convergence in Latin America. **Revista Latinoamericana De Opinión Pública**, v. 9, n. 2, p. 29-48, 2020. <https://doi.org/10.14201/rlop.23132>.

CASTRO, Henrique Carlos de O.; SANTOS, Débora de O.; BEAL, Luana. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, p. 99-125, 2020. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.109421>

COMBLIN, José. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

CRUZ, Consuelo. **Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicaragua**. World Making in the Tropics. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

DA COSTA, Maíra P.; GONZÁLEZ, Rodrigo S. Justiça de Transição, Cultura Política e Legado Autoritário no Cone Sul. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 5, n. 1, p. 125-146, 12 ago. 2019.

DAHL, Robert. **La Poliarquia: Participacion y Oposicion**. Madrid: Tecnos Editorial S A, 2002.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. **The Civic Culture Transformed: from allegiant**

to assertive citizens. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

DE VAUS, D. **Surveys in Social Research** (5a ed.). Londres: Routledge, 2002.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ECKSTEIN, Harry. **Division and cohesion in democracy: a study of Norway**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

FAORO, Raymundo. Tecnocracia e política. **Revista de Ciência Política**, v. 7, n.3, p. 49-163, 1973.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, 2ª ed.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, 2017.

GARRETÓN, Manuel A. et al. Movimiento social, nuevas formas de hacer política y enclaves autoritarios Los debates del Consejo Asesor para la Educación en el gobierno de Michelle Bachelet en Chile. **Revista Latinoamericana Polis**, v. 30, p. 2-16, 2011. Disponível em: doi: 10.4000/polis.2178. Acesso em: 9 jan. 2024.

GANTER SOLÍS, Rodrigo; ZARZURI CORTÉS, Raúl. Rapsodia para una revuelta social: retazos narrativos y expresiones generacionales del 18-O en el Chile actual. **Universum (Talca)**, 2020, 35.1: 74-103.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

GOREN, P. Political values and political awareness. **Critical Review**, v. 24, n. 4, p. 505-525, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08913811.2012.788279>. Acesso em: 4 mar. 2024.

GRANATO, Leonardo. Recuperando el debate sobre las condiciones constitutivas del Estado en las sociedades periféricas latinoamericanas. In: ARIAS-MEJÍA, J. C.; GRANATO, L. (Ed.) **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2021.

GROVES, Robert M. et al. **Survey Methodology**. New York: John Wiley & Sons Inc., 2004.

HOLLANDA, Cristina B. Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018. <https://doi.org/10.17666/339610/2018>.

HOLLANDA, Cristina B.; ISRAEL, Vinícius. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, 2019. <https://doi.org/10.1590/1678-987319277006>.

HOWE, Paul. Eroding norms and democratic deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 4, p. 15-29, 2017.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo, Ed. Verbena, 2009.

INGLEHART, R., C. Haerpfer, A. MORENO, C. WELZEL, K. KIZILOVA, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2014. World Values Survey: All Rounds - Country-Pooled Datafile Version: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWVL.jsp>. Madrid: JD Systems Institute.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Países IBGE: Brasil e Chile. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/comparar/chile>. Acesso em: 27 ago. 2023.

KAPLAN, Marcos. **Aspectos del Estado en América Latina**. México: UNAM, 1981.

KREUZER Marcus. Historical Knowledge and Quantitative Analysis: The Case of the Origins of Proportional Representation. **American Political Science Review**, v. 104, n. 2, p. 369-392, 2010. doi:10.1017/S0003055410000122.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Editora Companhia das Letras. 2012, 7ª ed.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **País tem 'democracia relativa', diz Geisel**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-tem-democracia-relativa-diz-geisel>>. Acesso em: 19 set. 2023.

MIRZAEI, A., CARTER, S. R., PATANWALA, A. E., SCHNEIDER, C. R. Missing data in surveys: Key concepts, approaches, and applications. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, v. 18, n. 2, p. 2308-2316, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sapharm>. Acesso em 4 mar. 2024.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOORE, Barrington Jr. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

MORLINO, Leonardo. **Democracia y democratizaciones**. 1ª edição. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales (CIS), 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. Culturas políticas na história: novos estudos. **Argumentvm**, Belo Horizonte, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN: 9786557825532.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual Anatomía de un mito.** Santiago de Chile: LOM ediciones, 2002.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from authoritarian rule: Tentative conclusions about uncertain democracies.** JHU Press, 2013.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1972.

RODEGHERO, Carla S. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais. 2007, 4ª ed.

SARTORI, Giovanni. Democracia. **Enciclopedia de las ciencias sociales**, p. 117-151, 1991.

SCHMITTER, Philippe C.; KARL, Terry Lynn. What democracy is... and is not. **Journal of democracy**, v. 2, n .3: 75-88, 1991. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/1/article/225590/summary?casa_token=l3k5gKqUGK4AAAAA:duFp9ZuO7S5ss-CnIGaJR3zVJuF1eskqV_JMLDfVTy4kUpj2ZzvouKNCxQLDRU0jhbhAXJmo5A. Acesso em: 6 mar. 2024.

SLAUGHTER, Anne-Marie; HALE, Thomas. International relations, principal theories. **Max Planck encyclopedia of public international Law**, p. 129, 2011.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia: A história de uma tradição esquecida.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIGMUND, Paul. **The United States and democracy in Chile.** London: The Johns Hopkins Press Ltd, 1993.

SILVA, João Batista T. **Passar o passado a limpo : memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura: da anistia à Comissão Nacional da Verdade.** Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. 2021. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SKAAR, Elin. 2011. Chile: from Truth to Trials. In: _____. **Judicial Independence and Human Rights in Latin America: violations, politics and prosecution.** Nova York: Palgrave Macmillan.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, 2ª ed.

URBINATI, Nadia. **Democracia desfigurada**: la opinion, la verdad y el pueblo. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Prometeo 30/10, 2023.

WASBURN, Philo C.; ADKINS-COVERT, Tawnya J. **Making citizens**: Political socialization research and beyond. Springer, 2017.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WVS. Who we are. WVS. Disponível em:

<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>. Acesso em: 4 mar. 2024.